

# PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022-2025

Luziânia, Goiás

# PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022-2025

Prefeito Municipal: Diego Vaz Sorgatto

Secretária Municipal de Saúde: Marcelle Machado de Araújo Melo

Presidente do Conselho Municipal de Saúde: Wilson Nogueira Leite

Comissão de Elaboração:

Marcelle Machado de Araújo Melo

Maria do Perpétuo Socorro Albuquerque Matos

Olga Maria de Alencar

Thaysa Miranda Pereira

Isadora Santana de Alencar

Consuelo Vaz Tormin

Roseli de Jesus Lopes da Luz Santos

Diovanne Silva Andrade



#### I – Introdução

As origens de Luziânia se remetem à busca de ouro por fazendeiros, bandeirantes, garimpeiros e escravos, que criaram o Arraial de Santa Luzia, em 1746. Depois do ouro, a agropecuária foi o fator de desenvolvimento do Arraial. Nos séculos XVIII e XIX, escravos africanos ergueram as casas, as lojas e as igrejas. Eles eram a base de uma sociedade que tinha no topo os ricos donos de imensas fazendas. As propriedades rurais, tomadas por gado e cana-de-açúcar, alimentavam as vilas, habitadas por padres, militares comerciantes, artesãos e funcionários públicos. Percorridas por tropeiros em lombo de burro e carros de boi, trilhas e raras estradas de terra ligavam os núcleos populacionais.

O Arraial foi elevado à categoria de Vila em 1º de abril de 1833 e à de cidade em 5 de outubro de 1867, mas só passou a se denominar Luziânia a partir de 31 de dezembro de 1943.

Luziânia é a sexta cidade mais populosa do Estado e é a mais antiga vizinha da capital do país, para a qual cedeu parte de seu território, alimentos e mão de obra para a construção. Luziânia influenciou a cultura, a história e a economia de Goiás e do DF. A cidade completou 274 anos em 13 de dezembro de 2020. Com mais de 210 mil habitantes e uma economia diversificada, não para de crescer. Entretanto, as desigualdades marcam o desenvolvimento do município, com áreas mais pobres distantes do centro, onde as condições precárias de vida implicam em piores indicadores de saúde.

Este Plano Municipal de Saúde objetiva orientar a gestão da saúde nos anos de 2022 a 2025 com o fim de avançar na construção e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde no município. O Plano parte do diagnóstico da situação de saúde da população e do sistema de saúde local, para apontar os principais problemas e desafios a serem enfrentados pela gestão municipal, e estabelecer propostas de mudança no modelo de atenção e de gestão, com o objetivo de ampliar o acesso e melhorar a qualidade e a resolutividade das ações de saúde. Para isso, aponta **Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores,** que devem nortear o trabalho da gestão da Secretaria Municipal de Saúde nesse período e facilitar o acompanhamento por parte das instâncias de controle social do SUS, em especial do Conselho Municipal de Saúde. O Plano deve contemplar todas as áreas da atenção à saúde, de modo a garantir a integralidade da atenção. Por último, o PMS deve conter, também, a descrição dos mecanismos de monitoramento e avaliação, essenciais para identificação dos problemas e de aperfeiçoamento das ações.

Serão considerados os seguintes conceitos:

**Diretrizes** — expressam **ideais de realização e orientam escolhas estratégicas e prioritárias**. Devem ser definidas em função das características epidemiológicas, da organização dos serviços, do sistema de saúde e dos marcos da Política de Saúde.



**Objetivos** — expressam **resultados desejados**, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de estratégias e ações. Destacam os aspectos da realidade que serão submetidos a intervenções diretas, permitindo a agregação de um conjunto de iniciativas gestoras de formulação coordenada. Referem-se à declaração "do que se quer" ao final do período considerado.

**Metas** — expressam a **medida de alcance do Objetivo**. Um mesmo Objetivo pode apresentar mais de uma meta em função da relevância destas para o seu alcance, as metas devem expressar os desafios a serem enfrentados.

**Indicadores** — conjunto de **parâmetros** que permite identificar, mensurar, acompanhar, de forma simples, a evolução da intervenção proposta. Devem ser passíveis de apuração periódica, de forma a possibilitar a avaliação da intervenção.

Na elaboração deste Plano foram levados em conta os compromissos assumidos pelo Prefeito nas eleições de 2020, as pactuações regionais, bem como as diretrizes definidas pelo Conselho e Conferência Municipal de Saúde, e deve ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho. Devem ser compatibilizadas as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros do município. Além disso, o PMS deve ser utilizado para elaboração dos demais instrumentos de planejamento da saúde, como a Programação Anual da Saúde — PAS e para o Relatório Anual de Gestão — RAG.

No estabelecimento das metas a serem perseguidas ao longo desse período será utilizado o Pacto de Indicadores Interfederativos e outros que sejam considerados importantes para a realidade de saúde do município.

Por fim, o PMS deve nortear a elaboração do planejamento e orçamento do governo no tocante a saúde.

## II – Características do município - Perfil demográfico, social e de saúde da população

# 1. Identificação do Município:

- Luziânia – GO COD. IBGE: 5212501

- Área em Km<sup>2</sup>: 3.961,12

- Prefeito: Diego Vaz Sorgatto

- Endereço da Prefeitura: Praça Nirson Carneiro Lobo, Centro

- Secretária Municipal de Saúde: Marcelle Machado de Araújo Melo

- Gestora do Fundo: Marcelle Machado de Araújo Melo

- Endereço da Secretaria Municipal de Saúde: Rua Professor Arthur Roriz, s/n, Setor

Aeroporto CEP: 72800-060 CNPJ: 011694160001-90

E-mail: smsluzigab@gmail.com Tel: (61) 3906-3608 e 3906-3600



Conselho Municipal de Saúde: Presidente: Wilson Nogueira Leite

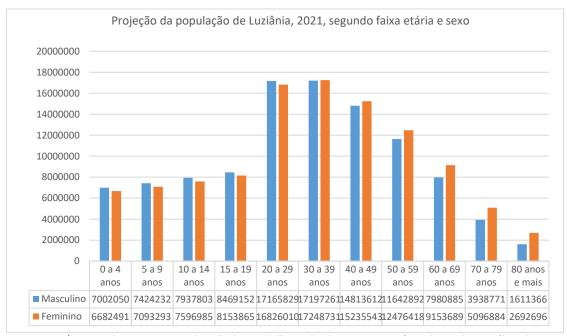
Endereço: Rua Joaquim Gilberto, Qd 01, Lt 01, sala 01 CEP: 72804-970

Telefone: 61-3906-3268

E-mail: conselhomunicipalsaudeluziania@outlook.com

## 2. Perfil demográfico

- Distribuição da população segundo faixa etária e sexo



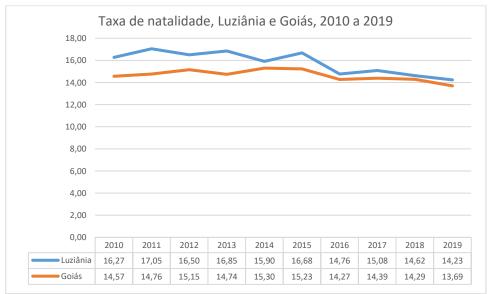
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

A população de Luziânia no Censo do IBGE de 2010 era de 174.531 pessoas. A população estimada para 2020 era de 211.508 pessoas. A projeção do IBGE para 2021 é de 213.440. Essa população apresenta predomínio das faixas etárias mais jovens, principalmente entre 20 e 49 anos, como pode ser visto no gráfico acima, o que representa 46,14% do total. Há um leve predomínio de mulheres (50,72 %) em relação a homens (49,28%). A população com mais de 60 anos representa 14,28% do total.

O município possui um território extenso – 3.961,100 Km² e a densidade populacional é da ordem de 44,06 habitantes/km², segundo o Censo do IBGE de 2010.

A taxa de natalidade tem apresentado redução ao longo do tempo, como pode ser visto no gráfico a seguir, acompanhando a tendência observada no Estado de Goiás.





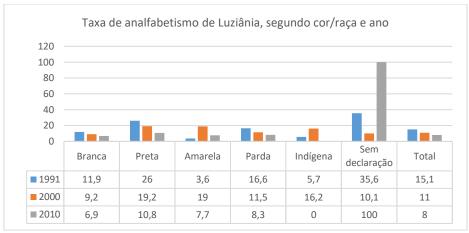
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC e IBGE - Estimativas de população.

#### 3. Indicadores sociais

Em relação à **educação**, a taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos é de 97%, conforme o Censo IBGE 2010, ocupa o 2º lugar na região e o 176º lugar no Estado. A taxa de analfabetismo vem sofrendo redução, era de 15,1% em 1991 e passou para 8% em 2010, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB nos anos inicias do ensino fundamental foi de 5,7, em 2017, e de 5,2 nos anos finais do ensino fundamental, na rede pública, ocupando o 1º lugar na região.

O município possuía 95 escolas de ensino fundamental e 35 escolas de ensino médio, em 2018; possui 6.895 matrículas no ensino médio.

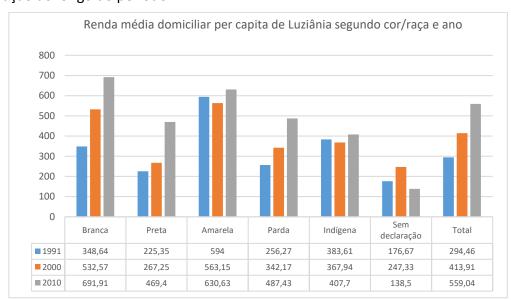


Fonte: IBGE - Censos Demográficos



Observa-se do gráfico, predomínio do **analfabetismo** nas raças preta e parda. Em relação ao sexo, há um leve predomínio no feminino (8,2%) em relação ao masculino (7,8%), no ano de 2010.

Em relação às faixas de renda, os dados do gráfico a seguir revelam uma elevação ao longo do período.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos

A **renda média domiciliar per capita** passou de 294,46, em 1991, para 559,04 em 2010. As rendas mais baixas encontram-se nas raças preta, parda e indígena.

Em 2018, o **salário médio mensal** era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12,0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 68 de 246, e 157 de 246, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, possuía 35% da população nessas condições, o que o colocava na posição 126 de 246 dentre as cidades do estado.

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM** tem apresentado elevação nos anos analisados: era de 0,430, em 1991, passou para 0,550, em 2000, e chegou a 0,701, em 2010, um aumento de mais de 50% nesse período.

Em relação ao **saneamento básico**, há muito que caminhar para assegurar condições adequadas. A distribuição dos tipos de instalação sanitária, segundo o Censo IBGE 2010 encontra-se na tabela a seguir.



Moradores de Luziânia, se	gundo tipo	de instal	ação sani	tária, 201	0.
Instalações sanitárias	Urbana	%	Rural	%	Total
Rede geral de esgoto ou pluvial	22245	13,74	121	1,06	22366
Fossa séptica	21427	13,24	1350	11,78	22777
Fossa rudimentar	117478	72,57	9715	84,77	127193
Vala	115	0,07	24	0,21	139
Rio, lago ou mar	188	0,12	6	0,05	194
Outro escoadouro	118	0,07	138	1,20	256
Não tem instalação sanitária	302	0,19	107	0,93	409
Total	161873	100,00	11461	100,00	173334

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010

Observa-se da tabela, referente ao Censo de 2010, o **predomínio da fossa rudimentar**, tanto na zona urbana (72,57%) como na zona rural (84.77%). Em segundo lugar, encontra-se a rede geral de esgoto, na zona urbana (13,74%), em proporção semelhante à da fossa séptica (13,24%). Na zona rural, a fossa séptica ocupa o segundo lugar, com 11,78% e apenas 1,06% é servida pela rede de esgoto.

A tabela a seguir apresenta a cobertura de abastecimento de água.

Moradores de Luziânia, segundo tipo de abastecimento de água e região, 2010													
Abastecimento de água	Urbana	%	Rural	%	Total	%							
Rede geral	98033	60,6	2032	17,7	100065	57,7							
Poço ou nascente (na propriedade)	59909	37,0	7876	68,7	67785	39,1							
Outra forma	3931	2,4	1553	13,6	5484	3,2							
Poço ou nascente fora da propriedade	2589	1,6	1242	10,8	3831	2,2							
Carro-pipa	393	0,2	13	0,1	406	0,2							
Água da chuva armazenada em cisterna	1	0,0	5	0,0	6	0,0							
Água da chuva armazenada de outra forma	17	0,0	14	0,1	31	0,0							
Rio, açude, lago ou igarapé	12	0,0	264	2,3	276	0,2							
Outra	919	0,6	15	0,1	934	0,5							
Total	161873	100,0	11461	100,0	173334	100,0							

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010

Em relação ao **abastecimento de água**, observa-se que 60,6% dos moradores da área urbana são servidos pela rede geral, bem diferente da cobertura na área rural (17,7%), onde predomina a utilização de poço ou nascente (68,7%). Chama a atenção que 37% dos moradores na área urbana ainda são abastecidos por meio de poços ou nascentes.



Moradores de Luziânia,	segundo	destino	do lixo	e região	, 2010	
Coleta de lixo	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Coletado	155977	96,4	2819	24,6	158796	91,6
por serviço de limpeza	138471	85,5	1841	16,1	140312	80,9
por caçamba de serviço de limpeza	17506	10,8	978	8,5	18484	10,7
Queimado (na propriedade)	4830	3,0	6661	58,1	11491	6,6
Enterrado (na propriedade)	204	0,1	1412	12,3	1616	0,9
Jogado	598	0,4	152	1,3	750	0,4
em terreno baldio ou logradouro	592	0,4	145	1,3	737	0,4
em rio, lago ou mar	6	0,0	7	0,1	13	0,0
Outro destino	264	0,2	417	3,6	681	0,4
Total	161873	100,0	11461	100,0	173334	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010.

Quanto ao destino do lixo, verifica-se da tabela anterior, o predomínio da coleta pelo serviço de limpeza, na área urbana (85,5%), sendo 10,8% coletado por caçamba de serviço de limpeza. Na área rural, predomina a queimada do lixo na propriedade (58,1%), com apenas 16,1% de lixo coletado por serviço de limpeza.

## 4. Indicadores de saúde

A análise da situação de saúde da população do município deve se apoiar em diversos indicadores. Em primeiro lugar, serão considerados algumas doenças de notificação compulsória de importância para o município. A primeira doença a ser analisada será a **sífilis**.

Casos e taxa	Casos e taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis por ano de diagnóstico.  Luziânia, 2005-2019													
Sífilis em Gestantes	Total	2005 - 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Casos	444	36	13	11	18	21	23	30	28	52	86	92	34	
Taxa de detecção	-	-	4,6	3,6	6,1	6,6	7,6	9,3	9,6	17,3	28,7	30,7		

FONTE: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS: (1) Dados até 30/06/2020; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Da tabela anterior, conclui-se que a **taxa de detecção de sífilis** tem aumentado ao longo dos anos, passando de 4,6 por mil nascidos vivos, em 2010, para 30,7, em 2019, mais de sete vezes, o que revela a necessidade de implementar medidas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis para a população em geral.

A tabela a seguir traz a evolução da sífilis congênita nos últimos anos.



Casos de sífilis co	Casos de sífilis congênita segundo diagnóstico final por ano de diagnóstico. Brasil, 1998-2020.													
Diagnóstico Final	1998 - 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
Sífilis congênita recente	114	9	14	8	17	28	33	33	24	32	40	20		
Sífilis congênita tardia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Aborto por sífilis	4	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0		
Natimorto por sífilis	5	1	0	2	0	2	1	0	0	2	0	1		

FONTE: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

NOTAS: (1) Dados até 30/06/2020; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Conclui-se da tabela anterior que a **sífilis congênita**, um agravo evitável por meio do acesso precoce ao pré-natal de qualidade, encontra-se em patamares elevados de incidência, em torno de trinta casos anuais, chegando ao pico de 40 casos no ano de 2019. O número reduzido (20 casos) em 2020 provavelmente se deve à diminuição da procura por atendimento no período da pandemia, o que resultou em detecção menor de casos.

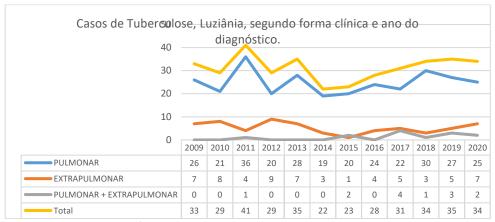
Casos de Hanseníase, Luziânia, segundo classe operacional no diagnóstico e														
	ano													
Classe Operac.	2015	2016	2017	2018	2019	2020								
Diagnóstico														
PAUCIBACILAR			1		2	2								
MULTIBACILAR	1	3	20	19	30	36								
% MULTIBAC.	100	100	95,2	100	93,75	94,74								
Total	1	3	21	19	32	38								

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net NOTAS: (1) Dados até 30/06/2020; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Os dados da tabela anterior revelam um quadro grave da **Hanseníase** no município, com a imensa maioria dos casos sendo diagnosticados na forma tardia da doença, o que, indica a falência da busca ativa dos novos casos, o que tem como consequência um longo período de transmissão e o diagnóstico tardio sem que se tenha conseguido evitar a ocorrência de incapacidades.

A evolução da **Tuberculose** no município nos últimos anos encontra-se apresentada no gráfico a seguir.





Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

O número de casos de **Tuberculose**, depois de apresentar uma tendência de redução entre os anos de 2011 e 2014, voltou a subir a partir de 2015. A pequena redução observada em 2020 pode estar relacionada à redução da procura por atendimento em função da pandemia de Covid-19. Observa-se o predomínio, como é habitual, da forma pulmonar. Esses patamares da doença apontam um desafio para o sistema de saúde do município para a realização de busca ativa e diagnóstico precoce da doença.

A **Dengue** é outra doença que apresenta dificuldade de controle, essa em função das características da ocupação urbana e dos hábitos das pessoas.

Casos de Dengue, Luziânia, segundo classificação final e ano.														
Class. Final	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020							
Ign/Branco	-	-	-	-	-	-	13							
Dengue Clássico	1	2	-	-	-	-	-							
Dengue com complicações	2	-	-	-	-	-	-							
Síndrome do Choque do Dengue	1	-	-	-	-	-	-							
Inconclusivo	3	22	20	1	-	5	7							
Dengue	8018	790	5412	704	351	1934	2915							
% Dengue	99,78	96,58	99,10	98,60	98,32	96,94	97,92							
Dengue com sinais de alarme	5	2	17	5	5	43	32							
Dengue grave	6	2	12	4	1	13	10							
Total	8036	818	5461	714	357	1995	2977							

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

A ocorrência de casos de **dengue** é geralmente cíclica, o que se observa nos dados da tabela anterior, com um pico no ano de 2014 (8.018 casos) um novo pico em 2016 (5.412 casos) uma redução nos anos seguinte e novo aumento em 2019 e 2020,



mas não atingindo os patamares anteriores. Há um predomínio de casos leves, porém, observa-se um aumento, nos dois últimos anos, da ocorrência de Dengue com sinais de agravamento e de casos graves.

A seguir são apresentados os casos e a taxa de incidência das Hepatites no município nos últimos anos.

C	Casos e taxa de incidência das Hepatites, Luziânia, segundo tipo e ano de diagnóstico.													
Hepatite	1999- 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Hepatite A - Casos	234	2	9	159	36	1	9	2	5	5	2	1	2	-
Taxa de Incidência	-	1	4,4	75,7	20,6	0,6	5	1,1	2,6	2,6	1	0,5	1	-
Hepatite B - Casos	40	5	4	12	4	3	2	6	2	9	6	9	4	2
Taxa de Incidência	-	2,6	2	5,7	2,3	1,7	1,1	3,2	1	4,6	3	4,5	2	1
Hepatite C - Casos	37	9	7	5	5	-	5	6	5	2	4	12	6	11
Taxa de Incidência	-	4,6	3,4	2,4	2,9	-	2,8	3,2	2,6	1	2	6	2,9	5,4

Fonte: MS/SVS/DCCI - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Notas: (1) Dados até 31/12/2019; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

As **hepatites** devem ser analisadas separadamente em função das diferenças nas formas de transmissão e, portanto, das medidas de prevenção e controle. A hepatite A, de transmissão fecal-oral, tem relação com a insuficiência na cobertura de saneamento básico e nas medidas de higiene. No período analisado, observa-se um surto no ano de 2009, com 159 casos da doença; nos demais anos mantém-se um número pequeno de casos. A hepatite B, de transmissão sanguínea e sexual, evitável por meio de vacina, apresenta um número baixo de diagnósticos ao longo dos anos. A hepatite C, com transmissão sanguínea, também apresenta um número pequeno de casos, porém com números mais altos em 2017 (12 casos) e 2019 (11 casos). Vale ressaltar que esse número baixo de casos pode estar relacionado à falta de campanhas de esclarecimento e de ações de busca ativa de casos.

A **Aids**, desde que surgiu o coquetel de medicamentos antirretrovirais, tornouse uma doença crônica com tendência crescente de redução da mortalidade. Entretanto, continua a ser um desafio implementar a sua prevenção e garantir o acesso e a adesão ao tratamento. A situação da doença em Luziânia pode ser analisada a partir das tabelas a seguir.



Ge	Gestantes infectadas pelo HIV (casos e taxa de detecção por 1.000 nascidos vivos) por ano do parto.														
	1980 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
HIV em gestantes	24	3	7	5	7	3	7	8	3	4	4	6	5	2	
Taxa de detecção em gestantes	-	1	2,4	1,8	2,3	1	2,2	2,6	0,9	1,4	1,3	2	1,7	-	

FONTE: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

NOTAS: (1) SICLOM utilizado para validação dos dados do SISCEL; (2) SINAN de 1980 até junho/2020, SISCEL de 2000 a junho/2020 e SIM de 2000 a 2019; (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Em primeiro lugar, verificamos, pelos dados da tabela anterior, que o número de casos e a **taxa de detecção de Aids em gestantes**, tem permanecido relativamente estável no período analisado, variando de 3 a 8 casos por ano, com uma redução no ano de 2020, provavelmente relacionada aos problemas de atendimento em função da Covid-19.

Tabela 14 - 0	Tabela 14 - Casos de aids notificados no Sinan em indivíduos do sexo masculino com 13 anos de idade ou mais, segundo categoria de exposição hierarquizada, por ano de diagnóstico.													
Categoria de Exposição	1980- 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
HSH	57	5	2	8	2	3	6	4	6	5	4	7	7	4
Heterossexual	37	2	2	5	4	10	7	3	6	1	6	7	3	-
UDI	29	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Hemofílico	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfusão	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão Vertical	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ignorado	61	3	-	6	5	2	1	1	1	4	2	-	4	1

FONTE: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS: (1) Casos notificados no SINAN até 30/06/2020; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Em segundo lugar, em relação à **categoria de exposição**, as que estão relacionadas com o maior número de casos são: homens que fazem sexo com homem, seguido de heterossexuais e usuários de drogas injetáveis, esses últimos com apenas dois casos no período analisado. Importante destacar que não há registro de caso por transmissão vertical no período, e que há um número razoável em que o tipo de exposição não foi identificado.



Tabela 5 - Óbitos por causa básica aids e Coeficiente de mortalidade bruto por aids (por 100.000 hab.), por ano do óbito. 1996-2007 2011 2012 2013 2014 2015 2017 2019 2008 2009 2010 2016 2018 Óbitos por 7 7 90 7 4 9 8 6 9 3 9 10 AIDS Taxa bruta de 3,4 1,9 5,2 4 4,5 4,8 3,1 4,6 3,6 1,5 4,4 4,8 mortalidade

FONTE: MS/SVS/SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Em relação à **mortalidade por Aids**, apesar da disponibilização dos medicamentos para tratamento da doença, observa-se a persistência de um número relativamente alto de óbitos, considerado a dimensão do município e o número de casos existentes, em torno de 6 a 9 óbitos por ano, chegando a 10 em 2019. Em elação à taxa, é possível verificar uma tendência de elevação nos últimos dois anos registrados, o que pode significar dificuldades de acesso e adesão ao tratamento.

A **morbidade**, a medida de adoecimento das pessoas, também pode ser analisada por meio de indicadores de internação hospitalar. É o que será exposto a seguir.

Morbidade Hospitalar do SUS de moradores de Luziânia, segundo Capítulos da CID-10, 2018 a 2021													
Capítulo CID-10	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%					
XV. Gravidez parto e puerpério	227	27,96	3128	26,87	3049	27,01	996	25,78					
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	157	19,33	1935	16,62	1939	17,18	663	17,16					
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	23	2,83	445	3,82	920	8,15	608	15,74					
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	115	14,16	1207	10,37	1183	10,48	337	8,72					
IX. Doenças do aparelho circulatório	56	6,90	739	6,35	733	6,49	203	5,25					
II. Neoplasias (tumores)	49	6,03	644	5,53	655	5,80	194	5,02					
XI. Doenças do aparelho digestivo	52	6,40	829	7,12	650	5,76	191	4,94					
X. Doenças do aparelho respiratório	22	2,71	662	5,69	362	3,21	154	3,99					
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	39	4,80	573	4,92	536	4,75	139	3,60					
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	12	1,48	180	1,55	170	1,51	56	1,45					
VI. Doenças do sistema nervoso	7	0,86	138	1,19	156	1,38	51	1,32					
Subtotal	759	93,47	10480	90,02	10353	91,72	3592	92,98					
Outras	53	6,53	1162	9,98	934	8,28	271	7,02					
Total	812	100,00	11642	100,00	11287	100,00	3863	100,00					

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Da tabela anterior depreende-se, em primeiro lugar, que a **principal causa de internação hospitalar de moradores de Luziânia**, no SUS, não é uma doença e não



ocorre no município, são as causas relacionadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, que representam entre 25% e 27% das internações. Em segundo lugar, aparecem as causas relacionadas à assistência ao recém-nascido, originadas no período perinatal, que respondem por 16 a 19% das internações.

Outra forma de analisar a situação de saúde de uma população é acompanhar a **mortalidade**, ou seja, o número, as causas e a faixa etária em que mais ocorrem os óbitos. A tabela a seguir traz as principais causas de óbito na população em geral, segundo os grandes capítulos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10.

Mortalidade Geral de Luzi	ânia, se	gundo Ca	pítulos	da CID-10	, 2016 a	2019		
Capítulo CID-10	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
IX. Doenças do aparelho circulatório	194	19,46	230	23,16	260	26,89	268	25,55
II. Neoplasias (tumores)	157	15,75	151	15,21	143	14,79	168	16,02
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	251	25,18	240	24,17	171	17,68	166	15,82
X. Doenças do aparelho respiratório	86	8,63	91	9,16	92	9,51	137	13,06
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	51	5,12	64	6,45	57	5,89	70	6,67
XI. Doenças do aparelho digestivo	49	4,91	49	4,93	70	7,24	56	5,34
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	54	5,42	42	4,23	50	5,17	50	4,77
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	19	1,91	25	2,52	32	3,31	35	3,34
Subtotal	861	86,36	892	89,83	875	90,49	950	90,56
Outros	136	13,64	101	10,17	92	9,51	99	9,44
Total	997	100,00	993	100,00	967	100,00	1049	100,00

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Da tabela anterior, constata-se que Luziânia apresenta o perfil de mortalidade, como é o padrão das grandes cidades brasileiras, com doenças típicas de países desenvolvidos e outras que são fruto da pobreza e da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, mais relacionadas aos países pobres. Assim, observa-se predomínio de causas relacionadas a doenças crônicas não transmissíveis, em especial, as relacionadas à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus — as Doenças do aparelho circulatório. Em segundo lugar, no mesmo sentido, encontra-se as Neoplasias. Entretanto, isso por si não significa um bom padrão de saúde, é preciso analisar em que medida as ações e serviços de saúde têm conseguido diagnosticar e tratar precocemente esses agravos, de modo a preservar boas condições de saúde e prolongar a vida.

Outra causa que chama a atenção e que também está de acordo com o padrão das grandes cidades brasileiras, é a **elevada proporção de causas externas**, relacionadas à violência e aos acidentes, em especial, os de trânsito.



Óbitos por causas externas segundo grande grupo da CID-10, Luziânia, 2009 a 2019											
Grande Grupo CID10	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
V01-V99 Acidentes de transporte	42	63	58	49	48	52	65	42	63	38	45
W00-X59 Outras causas externas de lesões acident	26	19	27	31	27	28	40	28	31	31	23
X60-X84 Lesões autoprovocadas voluntariamente	9	10	8	15	14	12	7	13	10	3	16
X85-Y09 Agressões	109	144	173	189	144	135	143	165	129	95	72
Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada	1	2	1	4	4	7	2	2	5	3	7
Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Y85-Y89 Seqüelas de causas externas	-	-	1	2	-	1	-	1	2	-	1
Total	187	238	268	290	238	235	257	251	240	171	166

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Em relação às **Causas Externas**, verifica-se da tabela anterior, o predomínio das agressões, ou seja, dos homicídios. Em segundo lugar, aparecem os acidentes de transporte, provavelmente relacionados ao fato de a cidade ser cortada por uma rodovia; em terceiro, outras causas acidentais.

Em relação à **prevenção**, as **causas de mortalidade na população entre 5 e 74** anos podem ser distribuídas da seguinte forma:

Óbitos de pessoas entre 5 a 74 anos, segund 2019.	lo causas	evitáve	is, Luziâ	inia, 20	15 a
Causas evitáveis	2015	2016	2017	2018	2019
1. Causas evitáveis	573	565	525	522	558
1.3. Reduz ações prom prev contr atenç doe ñ trans	268	273	266	305	334
Doenças isquêmicas do coração	40	35	38	68	76
Doenças cerebrovasculares	32	42	41	57	43
Diabetes mellitus	27	28	28	29	37
1.5. Reduz ações prom prev atenç causas externas	245	237	218	155	151
Agressões	141	163	127	93	72
Acidentes de transporte	63	41	59	36	43
Lesões autoprovocadas intencionalmente	7	13	9	3	16
1.2. Reduz ações prom prev contr atenç doenç infec	59	53	40	58	70
Infecções respirat incl pneumonia e influenza	17	19	17	22	33
Outras doenças de notificação compulsória	19	12	12	12	11
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana	8	8	3	9	10

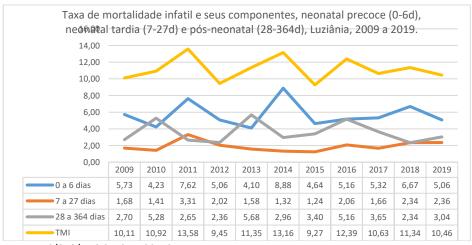


3. Demais causas (não claramente evitáveis)	122	109	116	121	128
2. Causas mal definidas	25	35	23	8	6
Total	720	709	664	651	692

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Da tabela anterior, confirma-se a importância do controle das **doenças crônicas não transmissíveis**, principalmente hipertensão arterial e diabetes mellitus, para reduzir as mortes evitáveis, pois a principal causa nessa classificação é a que diz respeito a essas condições. Em segundo lugar, a mortalidade geral pode ser reduzida por intervenções que reduzam as violências e os acidentes de transporte. Em terceiro lugar, aparecem as doenças infecciosas, como pneumonia, Aids e outras doenças de notificação compulsória.

A taxa de mortalidade infantil – TMI pode ser analisada a partir do gráfico a seguir.



Fonte: MS/SVS/DASIS – SINASC e SIM

A TMI – o número de óbitos de menores de um ano a cada mil nascidos vivos – é um importante indicador de saúde. Revela o acesso e a qualidade da assistência à gestação, ao parto, ao recém-nascido e também as condições de vida de uma população. A TMI de Luziânia apresenta uma oscilação no período, com tendência de estabilização em torno de 10 óbitos a cada mil nascidos vivos, ocupando o quarto lugar na região e o 114º no Estado de Goiás. O que significa que se não é dos piores indicadores, também não é um dos melhores, pois ainda ocorrem óbitos que poderiam ser evitados, particularmente, pela melhoria do acesso e qualidade do pré-natal, da assistência ao parto e ao recém-nascido, uma vez que predomina a mortalidade neonatal, no primeiro mês de vida. Essa conclusão é reforçada pela tabela a seguir.



Óbitos de menores de um ano, Luziânia, segundo lista	de mortal	idade da CID	<mark>-10, 2016 a</mark>	2019
Lista Mort CID-10	2016	2017	2018	2019
Algumas afecções originadas no período perinatal	16	12	26	16
. Feto e recém-nascido afetados por fatores maternos	5	3	9	6
. Outras afecções respiratórias do recém-nascido	2	-	9	3
. Septicemia bacteriana do recém-nascido	2	2	1	1
. Transtornos relacionados à duração da gravidez e	1	1	2	2
Malformações congênitas, deformidades e anomalias	13	9	4	9
. Malformações congênitas do coração	4	-	1	4
. Hidrocefalia e espinha bífida congênitas	2	2	-	-
. Outras malformações congênitas do sistema	1	1	_	1
nervoso				
Alexandra de cuerca informica de cuerca de cue	4	3		
Algumas doenças infecciosas e parasitárias			-	-
. Septicemia	1	1	-	-
. Infecção meningocócica	- 1	-	-	-
<ul><li>. Diarréia e gastroenterite de origem infecciosa p</li><li>. Coqueluche</li></ul>	2	-	-	-
. coqueiuciie	-	-	-	-
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clín	1	4	_	2
. Síndrome da morte súbita na infância	-	3	-	1
. Outros sintomas, sinais e achados anormais de ex	1	1	-	1
				_
Causas externas de morbidade e mortalidade	-	1	2	-
. Acidentes de transporte	-	1	1	-
. Agressões	-	-	1	
Doenças do sistema nervoso	1	-	-	-
. Meningite	-	-	-	-
. Restante de doenças do sistema nervoso	1	-	-	-
Outras	1	3	2	4
Total	36	32	34	31

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Verifica-se que a maior parte das causas evitáveis de óbitos de menores de um ano envolve aquelas relacionadas ao período perinatal, o que exige melhorias no prénatal, no parto e na assistência ao recém-nascido. Em segundo lugar, em termos de



prevenção, aparecem as malformações congênitas, que exigem, muitas vezes, intervenções mais complexas.

Outro indicador importante da qualidade da assistência à saúde é a mortalidade materna, o óbito de mulheres relacionado à gravidez, ao parto e ao puerpério. Para obter dados mais fidedignos, em função da baixa identificação dos óbitos maternos, são analisados os óbitos de mulheres em idade fértil, conforme evidencia a tabela a seguir.

Óbitos de mulheres em idade fértil, segundo relação com a gravidez e/ou o puerpério, Luziânia, 2009 a 2019											
Morte grav/puerp	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Durante a gravidez, parto ou aborto	1	1	3	3	2	1	4	1	1	5	2
Durante o puerpério, até 42 dias	-	4	-	2	-	1	-	1	1	1	1
Durante o puerpério, de 43 dias a menos de 1 ano	2	1	-	-	1	-	1	2	-	1	-
Não na gravidez ou no puerpério	52	48	54	50	39	63	66	43	51	44	39
Não informado ou ignorado	10	18	33	17	28	10	6	27	23	28	24
Total	65	72	90	72	70	75	77	74	76	79	66

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Da tabela pode-se depreender, em primeiro lugar, que mesmo com a investigação, permanecem um número considerável de óbitos para os quais não foi possível identificar a relação com a gravidez ou com o puerpério. Os **óbitos maternos** têm ocorrido com **mais frequência**, com exceção do ano de 2010, **durante a gravidez, o parto ou o aborto** e menos casos no puerpério, com maior ocorrência na primeira fase desse período. Chama a atenção a ocorrência de 7 óbitos em 2018, situações que provavelmente seriam evitáveis com a melhoria da assistência à mulher nessa fase da vida.

É possível analisar algumas características relacionadas a esse tipo de assistência a partir dos registros do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, do Ministério da Saúde.

Recém-nascidos de mães residentes em Luziânia, segundo idade da mãe, 2016 a 2019								
Idade da mãe	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
10 a 14 anos	27	0,93	22	0,73	16	0,53	19	0,64
15 a 19 anos	569	19,58	517	17,18	464	15,48	473	15,95
20 a 24 anos	788	27,12	811	26,94	852	28,43	846	28,53
25 a 29 anos	684	23,54	706	23,46	706	23,56	686	23,14
30 a 34 anos	485	16,69	552	18,34	554	18,49	540	18,21
35 a 39 anos	270	9,29	310	10,30	310	10,34	295	9,95



40 a 44 anos	76	2,62	88	2,92	90	3,00	96	3,24
45 a 49 anos	5	0,17	3	0,10	5	0,17	10	0,34
50 a 54 anos	1	0,03	1	0,03	-		-	
55 a 59 anos	1	0,03			-		-	
Total	2906	100,00	3010	100,00	2997	100,00	2965	100,00

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC

Em primeiro lugar, em relação à **idade da mãe**, conforme verifica-se na tabela anterior, é ainda **elevada a proporção da gravidez em adolescentes**, em torno de 16% das gestações, porém com uma tendência de redução nos anos analisados, em 2018 estava em torno de 20%.

Nascidos vivos de mães residentes em Luziânia, segundo número de consultas de pré-natal, 2016 a 2019.								
Consult pré-natal	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Nenhuma	123	4,23	76	2,52	52	1,74	60	2,02
De 1 a 3 consultas	293	10,08	335	11,13	350	11,68	383	12,92
De 4 a 6 consultas	964	33,17	998	33,16	1041	34,73	1012	34,13
7 ou mais consultas	1500	51,62	1550	51,50	1519	50,68	1491	50,29
Ignorado	26	0,89	51	1,69	35	1,17	19	0,64
Total	2906	100,00	3010	100,00	2997	100,00	2965	100,00

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos — SINAS

Em segundo lugar, ao considerar o número de 7 ou mais consultas de pré-natal como mínimo necessário para uma boa assistência, verificamos que apenas cerca de metade das mulheres realizaram esse número de consultas. Um percentual significativo realizou entre 4 a 6, em torno de 34%, e um grupo importante (em torno de 12%), mais de 300 gestantes por ano fizeram de 1 a 3 consultas de pré-natal, o que é insuficiente para garantir a prevenção de importantes agravos à saúde da mulher e da criança. Vale destacar, ainda, o número elevado daquelas que não fizeram nenhuma consulta, o que revela o tamanho do desafio para garantir o acesso e a qualidade da assistência a todas as gestantes do município.

Nascidos vivos de mães residentes em Luziânia, segundo tipo de parto, 2016 a 2019.								
Tipo de parto	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Vaginal	1654	56,92	1635	54,32	1666	55,59	1705	57,50
Cesário	1250	43,01	1372	45,58	1331	44,41	1260	42,50
Ignorado	2	0,07	3	0,10				0,00
Total	2906	100,00	3010	100,00	2997	100,00	2965	100,00

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINAS



Em relação ao **tipo de parto**, é importante considerar que, atualmente, todos os partos de mulheres residentes em Luziânia são realizados fora do município, o que representa um desafio para essa gestão, que pretende garantir a volta da realização desse tipo de assistência na cidade. Observa-se um **leve predomínio do parto normal em relação ao cesáreo**, o que não deixa de representar uma conquista, em função do avanço do parto cirúrgico que ocorreu nos últimos tempos, provavelmente se deve ao predomínio de partos no SUS.

A Imunização é um importante instrumento de controle de doenças transmissíveis na população. O Brasil dispõe de um abrangente **Programa Nacional de Imunização – PNI**, que conta com mais de 14 diferentes imunobiológicos para diversas faixas etárias. Como é do conhecimento de todos, tem ocorrido uma redução significativa das coberturas vacinais nos últimos tempos, o que é bastante preocupante, porque pode acarretar o aparecimento de surtos e epidemias de doenças infecciosas que apresentam relativo controle. A tabela a seguir traz a Cobertura Vacinal no município para os últimos três anos.

	Col	bertura Vacii	nal
IMUNOBIOLÓGICO	2018	2019	2020
BCG	88,78%	83,28%	71%
DTP - 01 ano(1º REF)	60,01%	34,85%	66%
DTP - 4 anos(2º REF)	47,17%	27,93%	84%
FA(< 1 ano)	72,50%	71,66%	74%
HPV - D1(10 anos)	5,76%	9,24%	49%
HPV - D1(11 anos)	4,64%	3,94%	36%
HPV - D1(12 anos)	2,01%	1,95%	81%
HPV - D1(13 anos)	1,54%	1,28%	0,05%
HPV - D1(9 anos)	31,31%	34,97%	4%
HPV - D2(10 anos)	16,26%	16,53%	7%
HPV - D2(11 anos)	6,72%	7,25%	26%
HPV - D2(12 anos)	4,49%	3,12%	9%
HPV - D2(13 anos)	3,25%	1,44%	8%
HPV - D2(9 anos)	19,17%	15,57%	11%
Hepatite A	76,15%	76,84%	3%
Hepatite B(<1 ano)	77,39%	45,68%	5%
Hepatite B(<30 dias)	21,54%	32,69%	0,85%



Menigocócica Conj.C(1 ano)	77,46%	86,01%	1,44%
Menigocócica Conj.C(9 anos)	0,29%	0,21%	2%
Menigocócica Conj.C(< 1 ano)	86,16%	81,46%	3%
Meningocócica Conj.C(12 anos)	17,79%	12,54%	74%
Meningocócica Conj.C(13 anos)	8,16%	6,78%	92%
Pentavalente (< 1 ano)	77,39%	45,68%	73%
Pneumocóccica(1 ano)	73,53%	80,83%	83%
Pneumocóccica(<1 ano)	84,85%	80,43%	70%
Poliomielite(< 1 ano)	78,49%	77,24%	58%
Poliomielite(VOP/VIP)(1ºREF)	69,44%	66,77%	86%
Poliomielite(VOP/VIP)(2ºREF)	43,34%	48,60%	55%
Rotavírus Humano	81,17%	76,24%	61%
Tetra Viral	56,19%	58,13%	60%
Tríplice Viral - D1	83,96%	91,52%	84%
Tríplice Viral - D2	66,58%	70,93%	38%
Varicela	65,86%	69,66%	70%
dt(Gestante)	37,38%	38,92%	31%
dtpa(Gestante)	57,81%	62,98%	43%

Fonte: Núcleo de Vigilância Epidemiológica - Luziânia

Da tabela anterior, verifica-se que dos 35 imunobiológicos avaliados em diferentes faixas etárias, para o ano de 2020, a maioria apresenta coberturas abaixo de 70%; entre 70 e 80% de cobertura, encontram-se 6 vacinas em diferentes faixas etárias: (DTP - 4 anos (2º REF); HPV - D1(12 anos); Meningocócica Conj. C (13 anos); Pneumocóccica (1 ano); Poliomielite (VOP/VIP) (1ºREF); Tríplice Viral - D1); com cobertura acima de 80% encontram-se 7 vacinas em diferentes faixas etárias: DTP - 4 anos(2º REF); HPV - D1(12 anos); Meningocócica Conj. C (13 anos); Pneumocóccica (1 ano); Poliomielite (VOP/VIP) (1ºREF); e Tríplice Viral - D1.

Em relação à evolução nos três anos avaliados, constata-se que houve crescimento na cobertura em relação 19 imunizantes e redução em 16.

Conclui-se que é importante desenvolver um trabalho para elevar a cobertura vacinal, por meio de inciativas que visem à conscientização da população sobre a importância da vacinação, bem como realizar busca ativa dos faltosos nas unidades que contam com agentes comunitários de saúde.



Em relação à **Covid-19**, uma fotografia da situação da pandemia no momento de elaboração deste Plano possibilita uma breve comparação dos dados do município com os do estado de Goiás.

COVID-19, óbitos e indicadores de incidência, mortalidade e letalidade, Luziânia e Goiás, em 25/6/21.							
		Luziânia	Goiás				
	nº de casos	24.685	668.324				
	masc nº	10.944	312.767				
	masc %	44,33	46,80				
CASOS	fem nº	13.740	355.549				
CASUS	fem %	55,66	53,20				
	taxa incidência	11.850	9.551				
	SRAG não espec	430	14.001				
	SG não espec	12953	288.695				
	nº óbitos	394	18.926				
	masc nº	225	10.802				
	masc %	57,11	57,07				
ÓBITOS	fem nº	169	8.124				
OBITOS	fem %	42,89	42,93				
	taxa mortalidade	189,15	269				
	letalidade	1,6	2,83				
	SRAG não espec	116	3.075				

Fonte: Painel da Covid-19 da SES/GO.

Da tabela alguns dados chamam a atenção. Em primeiro lugar, tanto em Luziânia como no estado de Goiás, observa-se o predomínio de casos do sexo feminino em relação ao masculino; em relação aos óbitos há uma inversão, predominam as mortes do sexo masculino. Em segundo lugar, é elevado o número de casos de Síndrome Gripal e um pouco menor de Síndrome Respiratória Aguda Grave, nos dois níveis de gestão, que podem representar um indício de subnotificação de casos e óbitos. Em terceiro lugar, verifica-se que a taxa de incidência (número de casos por 100 mil habitantes) é maior em Luziânia, do que no estado, valores influenciados pela aceleração da pandemia, pelo nível de testagem realizado e pelas medidas de isolamento social adotadas. Em quarto lugar, a taxa de mortalidade (número de óbitos por 100 mil habitantes) é menor no município do que na média estadual; da mesma forma, a letalidade (proporção de óbitos em relação ao total de casos); no primeiro caso, há relação com a dimensão da população acometida pela doença e com o acesso ao sistema de saúde; a letalidade está mais relacionada com a qualidade e a presteza da assistência à saúde.



Diante do panorama aqui apresentado, pode-se concluir que é necessário expandir o acesso e qualificar a atenção à saúde, particularmente na atenção primária à saúde, por meio da estratégia Saúde da Família, que possibilita o controle dos principais problemas que se destacam dessa análise, incluindo o pré-natal, a atenção ao agravos não transmissíveis, como hipertensão arterial e diabetes, o diagnóstico precoce e o controle das doenças transmissíveis, como tuberculose, hanseníase, Aids, dengue e hepatites, e a garantia de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência.

Há também a necessidade de constituir **as redes de assistência** que possibilitem a integração entre os serviços, por exemplo entre a atenção primária e os serviços especializados, garantindo a referência e a contrarreferência, necessária para a continuidade e a qualidade da atenção, com destaque para os problemas que envolvem a saúde mental.

Nesse momento de pandemia, as ações que envolvem a prevenção, o diagnóstico precoce e a assistência aos doentes com Covid-19 exigem prioridade absoluta, mas é preciso começar a retomar o seguimento da população, particularmente, pelas unidades básicas.

## III - O Sistema de Saúde de Luziânia, Redes de Atenção e Referências Regionais

# ATENÇÃO BÁSICA

A atenção básica de Luziânia é composta por 21 unidades que se organizam sob a lógica da estratégia Saúde da Família, totalizando 35 equipes de SF, o que corresponde a 44,9%. O município conta, também, com 10 unidades básicas de saúde que trabalham segundo o chamado modelo tradicional. Encontram-se, ainda, em funcionamento 17 equipes de Saúde Bucal e 6 equipes de Saúde na Hora. Além das 3 unidades de Saúde da Família, o município conta com 7 postos de saúde. A tabela a seguir apresenta a situação das equipes de atenção básica:

	USF	ESF	ACS	Saúde bucal	Saúde na Hora
1	USF ALTO DAS CARAIBAS	1	6	1	
2	USF AMERICANOS - área rural	1	7		
3	USF JARDIM IPE	1	2	1	
4	USF JARDIM PLANALTO	1	4		
5	USF MANDU	1	5	1	
6	USF MANIRATUBA – área rural	1	8		
7	USF MINGONE I	1	2	1	
8	USF MINGONE II	2	5	2	1
9	USF PARQUE ALVORADA	2	2	2	1
10	USF PARQUE ESTRELA DALVA IX	2	4	2	1



11	USF PARQUE ESTRELA DALVA VIII	1	3	1			
12	USF PARQUE ESTRELA DALVA X	1	3	1			
13	USF PARQUE SANTA FE	1					
14	USF PARQUE SOL NASCENTE	5	1				
15	USF RESIDENCIAL COPAIBAS	1	3				
16	USF SETOR LESTE SAO CAETANO	1	4	1			
17	USF TRES VENDAS – área rural	1	11	1**			
18	USF VILA ESPERANCA	1	3	1			
19	USF VILA JURACY	1	5	2	1		
20	USF JARDIM MARÍLIA	1	2				
	Subtotal	23	89	19	4		
	UBS						
1	UBS CIDADE OSFAYA						
2	UBS DO JARDIM SAO PAULO						
3	UBS JARDIM LUZILIA 1						
4	UBS SETOR AEROPORTO			1	1		
5	UBS DO JARDIM INGA			1	1		
6	UBS DO SETOR LESTE						
7	UBS SETOR INDUSTRIAL						
8	UBS NORTE MARAVILHA			1			
	Subtotal	8	88	3	2		
	Área Rural						
1	POSTO DE SAUDE FAZENDA ANUNC	IACAO					
2	POSTO DE SAUDE INDAIA						
3	POSTO DE SAUDE MANDIOCAL						
4	POSTO DE SAUDE RETIRO						
5	POSTO DE SAUDE SAMAMBAIA						
6	POSTO DE SAUDE SARANDI						
7	POSTO DE SAUDE SURUCUCU		00	22			
	TOTAL		88	23	6		
	*Auxiliar de Saúde Bucal		:4 - C	J:			
	**Dentista atende Três Vendas, San	nambala, inda	ia e Sarano	וג			

Fonte: Autoria própria.

A tabela a seguir apresenta os dados no e-SUS para o município de Luziânia, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2020, incluindo o número de equipes de SF e a cobertura populacional estimada para a ESF e para a AB como um todo.

Competência	Nº ESF Cob.	Nº ESF equivalente	Estim. Pop. Cob. ESF	Cobertura ESF	Estim. Pop. Cob. AB	Cobertura AB
JAN/2020	19	6	65.550	31,47%	82.530	39,62%
FEV/2020	18	6	62.100	29,81%	80.100	38,45%
MAR/2020	18	7	62.100	29,81%	82.080	39,40%
ABR/2020	18	7	62.100	29,81%	83.100	39,89%
MAI/2020	17	9	58.650	28,16%	86.640	41,59%
JUN/2020	17	11	58.650	28,16%	90.630	43,51%



JUL/2020	16	10	55.200	26,50%	86.190	41,38%
AGO/2020	15	11	51.750	24,84%	84.240	40,44%
SET/2020	17	10	58.650	28,16%	89.130	42,79%
OUT/2020	17	10	58.650	28,16%	89.130	42,79%
NOV/2020	17	11	58.650	28,16%	90.150	43,28%
DEZ/2020	18	11	62.100	29,81%	93.600	44,94%
População 208.29	9					

Fonte: e-Gestor Atenção Básica

Da tabela anterior, de acordo com o e-Gestor AB do Ministério da Saúde, verificamos que a cobertura da SF em dezembro de 2020 estava em dezembro de 2020, em 29,81% da população, acrescentando as unidades básicas, a cobertura da AB estava em 44,94%.

Em relação à saúde bucal, a tabela a seguir mostra a evolução da cobertura entre 2020 e 2021.

Competência	Nº eSFSB Cob.	Nº EABSB Param.	Nº ESFSB equivalente	Estim. Pop. Cob. ESFSB	Cobertura ESFSB	Estim. Pop. Cob. SB AB	Cobertura SB AB
JAN/2020	14	0	13,20	48.300	23,19%	87.900	42,20%
FEV/2020	13	0	13,20	44.850	21,53%	84.450	40,54%
MAR/2020	14	0	13,45	48.300	23,19%	88.650	42,56%
ABR/2020	15	0	13,45	51.750	24,84%	92.100	44,22%
MAI/2020	15	0	20	51.750	24,84%	113.100	54,29%
JUN/2020	13	0	19	44.850	21,53%	103.200	49,54%
JUL/2020	12	0	17	41.400	19,87%	91.500	43,92%
AGO/2020	12	0	18	41.400	19,87%	95.700	45,94%
SET/2020	14	0	20	48.300	23,18%	108.600	52,13%
OUT/2020	14	0	20	48.300	23,18%	108.600	52,13%
NOV/2020	14	0	19	48.300	23,18%	104.100	49,97%
DEZ/2020	14	0	18	48.300	23,18%	101.100	48,53%
JAN/2021	14	5	11	48.300	22,83%	97.350	46,02%
FEV/2021	24	0	11	82.800	39,14%	114.600	54,18%
MAR/2021	24	0	11	82.800	39,14%	117.000	55,31%
ABR/2021	12	7	11	41.400	19,57%	98.025	46,34%

Fonte: e-Gestor Atenção Básica

População 2021: 211.508

Ainda na atenção básica, há o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), composto por nutricionista, fisioterapeuta e assistente social e equipes que atendem as entidades filantrópicas e a população do sistema prisional.



#### VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O município dispõe **do Núcleo de Vigilância Epidemiológica – NVE**, que conta com 6 enfermeiros, 5 técnicos de enfermagem e 3 auxiliares de enfermagem, bem como 101 agentes de endemias. O NVE desenvolve todas as atividades relacionadas ao controle das doenças transmissíveis e de monitoramento e investigação de alguns agravos não transmissíveis, com destaque para a investigação de óbitos infantis e maternos.

A vigilância sanitária também se encontra organizada no município, desenvolvendo atividades de Investigação de Surtos de DTA (Doenças Transmitidas por Alimentos, coleta de alimentos e água afim de identificar os diversos agentes responsáveis por contaminações que desenvolvem os surtos de DTA, amostra de alimentos para análise objetivando apurar a integridade dos ingredientes, armazenamento e transporte de cargas para terceiros, exceto para armazéns gerais e guarda móveis, inspeção em ambulatórios e locais físicos de qualquer natureza voltados para área de saúde afim de verificar as conformidades da planta física, bem como os procedimentos desenvolvidos ao solicitados nas legislações vigentes, inspeção em casas veterinárias afim de verificar a conformidade do local físico e procedimentos realizados às legislações vigentes, inspeção em atividades relacionadas a ambientes sob vigilância sanitária não elencados acima, como atividades escolares, casas de festas e eventos, clubes sociais e esportivos, coleta de resíduos perigoso e não-perigosos, hotéis, lavanderias, motéis, imunização e controle de pragas urbanas, pensões (alojamentos), serviços de cremações, serviços de pintura de edifícios em geral, atividades de inspeção em comércio atacadista e varejista de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal, inspeção em comércio atacadista de saneantes domissanitários desinfetante, inspeção à comércio varejista de produtos para saúde e por fim, inspeção aos de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento à urgências.

# **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS**

O sistema de saúde de Luziânia conta com os seguintes serviços de referência especializada:

- CAIS, onde são ofertados serviços de fisioterapia, ortopedia, radiologia, dermatologia, pediatria, clínica geral, bem como o Centro de Testagem e Aconselhamento;
- Clínica de Especialidades, que oferece atendimento nas áreas de cardiologia, angiologia, cirurgia geral, fonoaudiologia, reumatologia, psiquiatria e urologia;
- Materno Infantil oferece serviços de ginecologia, mastologia, pré-natal de alto-risco e clínica geral;



- Centro Especializado de Reabilitação CER conta atualmente com 10 profissionais: 4 fisioterapeutas, 2 psicólogos, 1 fonoaudiólogo e 1 administrativo, realizando apenas triagem dos casos. Encontra-se em processo de seleção de outros profissionais para ativação completa.
- Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP);

Na área de saúde mental, o município dispõe de três serviços especializados:

- Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas CAPS-AD III;
- Unidade de Acolhimento vinculado ao CAPs-AD III;
- Centro de Atenção Psicossocial II CAPS II;
- Clínica de Psicologia.

#### **ASSISTÊNCIA HOSPITALAR**

O município conta com o Hospital Regional, sob gestão estadual, e com o Hospital do Jardim Ingá, que oferece atendimento nas áreas de cirurgia geral, cirurgia ginecológica, ginecologia, pequenas cirurgias, exames complementares de ultrassonografia, ecografia e eletrocardiografia.

#### URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Na área de urgência e emergência, o município dispõe do Hospital do Jardim Ingá, bem como de duas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, a localizada na região central da cidade e a localizada no Jardim Ingá.

O município conta com a base regional do SAMU e dispõe de uma unidade de suporte avançado e 2 unidades básicas.

#### ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Em Luziânia, existem 11 farmácias públicas comunitárias, sendo que duas são exclusivas de serviços de saúde mental, e todas dispensam os medicamentos constantes na REMUME e no Componente Básico de Assistência Farmacêutica da RENAME, cuja responsabilidade de execução é do município, a partir do financiamento tripartite, com o intuito de proporcionar tratamento em domicílio aos usuários do SUS residentes em Luziânia. Além disso, há três farmácias hospitalares localizadas nas UPAs e no Hospital do Jardim Ingá, uma farmácia localizada na sede do SAMU e a Farmácia de Alto Custo, responsável pelos medicamentos do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde, através da Central



de Medicamentos Juarez Barbosa, localizada em Goiânia, que oferta os medicamentos para os agravos/doenças contemplados nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Soma-se a essa estrutura, a Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, unidade responsável pelas etapas de programação, armazenamento e distribuição de medicamentos e produtos para a saúde no âmbito da SMS, e a farmácia da Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, que atende exclusivamente tal público.

No município, o arcabouço da Assistência Farmacêutica está inserido na Estrutura Regimental da SMS, através da Lei Municipal nº 3.560/2013, abrangendo:

Todas as ações relacionadas à dispensação de medicamentos são estabelecidas nos POPs — Procedimentos Operacionais Padrão, além de normas para limpeza e conservação das Farmácias, pedido, recebimento, conferência e estocagem de medicamentos, elaborados pela Gerência de Assistência Farmacêutica. Fazem parte também das normas regulamentares relacionadas à Assistência Farmacêutica, diversas Portarias, de conteúdos específicos, que subsidiam as ações e serviços prestados nessa área.

O registro da dispensação de medicamentos é feito a partir do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica – Hórus, e em livros específicos.

O acesso a medicamentos é de acordo com as particularidades de cada prescrição, já que existem medicamentos cuja competência para execução é responsabilidade do município, enquanto outros são competência do Estado de Goiás, como já mencionado, e outros ainda que são atribuição da União, a exemplo dos medicamentos do Componente Estratégico de Assistência Farmacêutica, que abrange aqueles utilizados para tratar doenças de perfil endêmico e que geram impacto socioeconômico, como AIDS, hanseníase, tuberculose, endemias focais (como a meningite, por exemplo), tabagismo, entre outras.

Então, no âmbito municipal, é executado o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, regulamentado pela Portaria GM/MS nº 1.555/2013, cujo financiamento se dá a partir dos critérios estabelecidos na Portaria GM/MS nº 3.193/2019, que alterou as normas do financiamento da primeira. Porém, é responsabilidade do Ministério da Saúde o financiamento, a aquisição e a distribuição de fármacos e insumos do Programa Saúde da Mulher, Programa de Suplementação às Carências Nutricionais e das insulinas regular e NPH.

Já com relação aos medicamentos do Sistema Prisional, é responsabilidade do Estado de Goiás a aquisição e a distribuição aos municípios, com base na Resolução da Comissão Intergestores Bipartite – CIB vigente, que é a de nº 113/2020.

No que se refere ao acesso aos medicamentos e insumos para pacientes insulinodependentes preconizados na RENAME, a Lei no 1.1347/2006 e a Portaria



GM/MS no 2.583/2007 dispõem sobre a distribuição gratuita de tais fármacos e materiais necessários a aplicação e a monitoração da glicemia capilar aos portadores de Diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos no âmbito do SUS.

Para finalizar, é importante ressaltar que no âmbito do município, busca-se sempre assegurar todas as condições de eficácia e segurança terapêutica dos medicamentos ofertados aos usuários das unidades e serviços de saúde, em prol de garantir que não ocorram, ou que ocorra o mínimo possível de problemas relacionados a medicamentos, visando a segurança do paciente, e trabalhando com protocolos em todas as etapas do Ciclo da Assistência Farmacêutica, desde a seleção dos medicamentos, adotando-se padronização de medicamentos seguros, eficazes, com custo-benefício considerável, de acordo com as normas sanitárias e legais vigentes, passando por todas as etapas subsequentes do Ciclo da AF, como a aquisição, onde são adquiridos apenas medicamentos com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela ANVISA, o recebimento, a conferência, o armazenamento, a distribuição e a dispensação ao usuário final, mantendo rigoroso controle dos produtos, visando sempre alcançar as boas práticas, para a segurança dos usuários.

## MÉDIA COMPLEXIDADE – Sistema de Regulação

A Central de Regulação de Luziânia coordena o acesso aos serviços ambulatoriais ofertados no município no intuito de organizar a relação entre a oferta e a demanda, qualificando o acesso da população aos serviços de saúde do SUS. O conteúdo desse tema foi retirado do Relatório das Atividades da Central de Regulação de Luziânia – SISREG.

O controle da oferta neste segmento é realizado conjuntamente entre a Central de Regulação e as Unidades de Saúde, através da utilização de agendas ofertadas pelas últimas que devem ser disponibilizadas no SISREG. As Unidades de Saúde que compõem a rede de assistência estão inseridas na esfera de gestão municipal, exceções feitas à Clínica Renal de Luziânia e a Clínica Visão (Clínica Oftalmológica de Sobradinho), entidades privadas contratadas para a prestação de serviços aos usuários do SUS, e o Hospital Regional de Luziânia gerido pelo Estado.

A Central de Regulação do SISREG funciona anexa à sede do SAMU na Rua Padre Primo N° 100 – Quadra 02 - Lotes 12/14. A equipe é composta por uma Agente de Apoio, um Administrador do Sistema, um Médico Regulador que acumula a função de Coordenador do Sistema e três videofonistas. Os demais agentes envolvidos nas operações do SISREG atuam nas unidades solicitantes e nas executantes, sendo subordinados diretamente aos seus respectivos Gerentes.



Os recursos materiais disponíveis são 6 Estações de Trabalho conectadas à Internet via rádio, quatro linhas telefônicas fixas, três linhas telefônicas móveis.

Os dados contidos no Relatório SISREG — 1° Quadrimestre de 2021 apresentados a seguir servem como importante instrumento de controle e avaliação das ações desenvolvidas pela SMS-Luziânia no período, embora deva se considerar que nem todos os procedimentos efetivamente executados são registrados pelo SISREG, posto que este ainda não foi completamente implantado no município, existindo, ainda, agendas manuais em algumas unidades de saúde.

Os **procedimentos regulados** pela Central de Regulação são aqueles cuja **demanda é notadamente superior à oferta** e estão relacionados na Tabela 1. A oferta retratada estatisticamente diz respeito exclusivamente às vagas disponibilizadas para o SISREG pelas Unidades Executantes. Parte dos procedimentos contidos na Tabela 1 não é regulada pela Central de Regulação e alguns não são registrados pelo Sistema.

Os procedimentos cuja oferta é satisfatória não são submetidos à regulação da Central, são disponibilizados para as Unidades Solicitantes e estão relacionados na Tabela 3, a seguir. A regulação, nestes casos, ocorre baseada na priorização manifesta através dos formulários preenchidos pelos profissionais solicitantes. Nesta modalidade de agendamento o paciente sai da Unidade Solicitante de posse da autorização para a realização do procedimento, nela constando a data, a hora, o local do atendimento, além do nome do profissional executante.

A situação ideal seria aquela em que tivéssemos uma oferta de vagas para consultas e procedimentos adequada em todas as especialidades, quando, então, deixaríamos de regular as prioridades e passaríamos a regular apenas os fluxos.

Tabela 1. Procedimentos regulados pela Central de Regulação de Luziânia, 1º quadrimestre de 2021							
Procedimentos	Serviços ofertados	Serviços agendados (SISREG)	Serviços regulados (SISREG)	Serviços realizados	Demanda reprimida (SISREG)		
Consultas em Angiologia	172	57	119	146	59		
Consultas em Cardiologia	283	55	274	246	198		
Consultas em Cirurgia Geral	139	48	261	80	159		
Consultas em Cirurgia Ginecológica	90	10	98	80	87		
Consultas em Dermatologia	444	213	271	276	43		
Consultas em Ginecologia	698	586	615	395	-		
Consultas em Mastologia	49	49	52	29	-		
Consultas em Nefrologia	53	36	85	-	18		
Consultas em Neurologia	144	40	257	107	200		
Consultas em Oftalmologia	1.148	950	966	796	-		



Consultas em Ortopedia	2.077	1.160	1.174	1.532	-
Consultas em Ambulatório de Pequena Cirurgia	105	61	212	72	143
Consultas em Pré - Natal de Alto Risco	125	125	128	98	ı
Consultas em Proctologia Cirúrgica	-	-	ī	ı	ı
Consultas em Psiquiatria	50	50	180	14	93
Consultas em Urologia	433	133	167	270	26
USG	366	366	2.371	142	1834
Total	6.376	3.939	7.230	4.283	2.860

Fonte: SISREG

Da tabela 1, chama a atenção, em primeiro lugar, que quase 1/3 dos serviços ofertados não são realizados, o que revela um percentual alto de absenteísmo, que deve ter sido agravado pela pandemia. Em segundo lugar, observa-se que as consultas de ortopedia apresentam maior oferta de procedimentos (2.077), seguidas pelas consultas de oftalmologia. Por outro lado, os procedimentos com maiores demandas reprimidas são: USF (1.834); consultas de neurologia (200); de cardiologia (198) e cirurgia geral (159).

Tabela 2. Desempenho das atividades de Média Complexidade, Luziânia, 1º quadrimestre de 2021.						
Procedimento	Procedimentos ofertados	Percentual	Nº de pacientes em fila de espera	Tempo médio em fila de espera-em dias		
Angiologia	172	33,13 %	59	132		
Cardiologia	283	19,43 %	198	158		
Cirurgia Geral	139	34,53 %	159	145		
Cirurgia Ginecológica	90	11,11 %	87	79		
Dermatologia	444	47,97 %	43	25		
Ginecologia	698	83,95 %	-	46		
Mastologia	49	100 %	-	146		
Nefrologia	53	67,92 %	18	81		
Neurologia	144	27,77 %	200	75		
Oftalmologia	1.148	82,75 %	-	45		
Ortopedia	2.077	55,84 %	-	87		
Ambulatório de Pequenas Cirurgias	105	58,09 %	143	139		
Pré Natal de Alto Risco	125	100%	-	18		
Psiquiatria	50	100%	93	200		
Urologia	433	30,71 %	26	99		
Ultrassonografias	366	100%	142	121		

Fonte: SISREG



Da tabela 2, observa-se uma grande variação no percentual de vagas disponibilizadas para a central de regulação, enquanto a psiquiatria e a mastologia disponibilizam 100% das vagas, a cardiologia, a neurologia e a cirurgia ginecológica oferecem menos de 30%. O tempo médio de espera também apresenta grande variação: a psiquiatria com o maior (200 dias), enquanto a dermatologia e o pré-natal de alto risco apresentam os menores, 25 e 18 dias, respectivamente.

Tabela 3. Procedimentos com agenda aberta para as Unidades de Saúde e/ou com agendas locais, Luziânia, 1º quadrimestre de 2021						
Procedimento	Serviços ofertados	Serviços regulados	Serviços realizados			
Procedimentos Radiológicos	2.092	-	1.107			
Procedimentos Odontológicos	1.588	-	1.082			
Mamografias	-	-	-			
Consultas em Clínica Geral	2.273	-	1.618			
Consultas em Climatério	-	-	-			
Consultas em Pré Natal de Baixo Risco	-	-	-			
Consultas em Nutrição	1.382	-	785			
Procedimentos em Fonoaudiologia	92	-	60			
Consultas em Fonoaudiologia	458	-	252			
Consultas em Enfermagem	251	-	196			
Consultas em Fisioterapia	2.694	-	2.634			
Consultas em Neuropediatria	220		182			
Consultas em Psicologia	219	-	219			
Consultas em Psiquiatria - CAPS	544	-	528			
Procedimentos Cirúrgicos em Ginecologia	-	-	-			
Exames Complementares em Cardiologia – ECG/Ecodopplercardiograma/Teste de Esforço	778	-	445			
Consultas em Pediatria	829	-	542			
Consultas no Programa Hiperdia	-	-	=			
Consultas em Serviço Social	146	-	145			
Eletroencefalogarfia	32		15			
Exames Laboratoriais – Patologia Clínica	49.735	-	32.823			
Exame Citopatológico Cérvico -Vaginal	143	-	90			
Procedimentos Cirúrgicos em Urologia	05	-	03			
Pré operatório de Vasectomia e Laqueadura Tubária	07	-	06			
Acolhimento inicial do CAPS II	-	-	-			
Procedimentos em Cirurgia Geral	-	-	-			
Total	63.488	-	42.732			

Fonte: SISREG



Em relação aos procedimentos com agenda aberta para as unidades locais, também se observa uma diferença de cerca de 1/3 entre o total de serviços ofertados e os realizados.

QUADRO COMPARATIVO DO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE DISPONIBILIZADAS PARA O SISREG							
período/ano	serviços ofertados	serviços regulados	serviços realizados	absenteísmo geral*(%)			
2014	36.985	17.188	21.860	36,65 %			
2015	50.752	15.449	36.239	27,46 %			
2016	80.177	16.201	55.746	30,39 %			
2017	83.276	19.443	53.877	35,71 %			
2018	151.989	18.852	102.348	29,50 %			
2019	201.312	21.893	125.883	37,49 %			
2020	195.339	20.983	111.609	42,86 %			
1ºQuad/2021	69.864	7.230	47.015	32,70 %			

Fonte: SISREG

A informação que mais se destaca da tabela anterior é o alto nível de absenteísmo no comparecimento aos procedimentos agendados pelo SISREG, variando o máximo em 2020 (42,70%) e o mínimo em 2018 (29,50%). Importante observar que ocorreu uma redução do absenteísmo no 1º quadrimestre de 2021, em relação a 2020, o início da pandemia.

Do Relatório do SISREG pode-se destacar algumas conclusões:

- 1) A pandemia causada pelo SARS-COV 2 afeta as estatísticas dos relatórios SISREG, refletindo seus efeitos na redução do atendimento à população, tanto na Atenção Básica quanto na Média Complexidade;
- 2) O atendimento para a especialidade de Nefrologia requer um aumento no número de vagas para as primeiras consultas, considerando a gravidade das patologias, o número de pacientes em fila de espera e o tempo médio de permanência na mesma (81 dias);
- 3) problemas de natureza técnica no mamógrafo, fizeram com que as demandas desse procedimento, em 2020, fossem atendidas no município de Goiânia. A disponibilização da Unidade de Atendimento Móvel, pela SES/GO, programada e anunciada no mês de abril, contribuirá para a redução na fila de espera para esse procedimento. Por outro lado, a gestão atual da SMS já trabalha no sentido da aquisição de novo mamógrafo para o atendimento da demanda do município e região;



- 4) as especialidades de Oftalmologia e Ortopedia, historicamente bastante demandadas, vêm se mantendo com ausência de pacientes na fila de espera eletrônica do SISREG;
- 5) a Eletroencefalografia aparece pela primeira vez em relatórios do SISREG após sua disponibilização pela Clínica de Especialidades;
- 6) a oferta de consultas ambulatoriais de Ginecologia mostra-se adequada, conforme demonstra a ausência de demanda reprimida na especialidade;
- 7) a fila de espera eletrônica para o atendimento ambulatorial em Urologia mostrou redução significativa, quando comparada aos números dos quadrimestres anteriores, motivada pela contratação de mais um profissional da especialidade;
- 8) as consultas ambulatoriais em Neuropediatria deixaram de ser reguladas pela Central, uma vez que a oferta de vagas se tornou satisfatória, permitindo a distribuição das mesmas entre as Unidades Solicitantes;
- 9) a análise dos dados contidos nas Tabelas 1 e 4 evidenciam a necessidade da ampliação da oferta de vagas ambulatoriais, de modo geral, e maior disponibilização de vagas por parte das Unidades Executantes para a Central de Regulação para regulação e agendamento. Especialidades como Angiologia, Cardiologia e seus exames complementares, Nefrologia e Psiquiatria, apesar de não apresentarem demandas reprimidas significativas, pela natureza das patologias que abordam e pelo tempo médio dos pacientes em fila de espera, requerem um aumento na oferta de vagas;
- 10) a demanda reprimida para os exames ultrassonográficos mantém, historicamente, níveis altos e crescentes;
- 11) os cancelamentos de consultas e procedimentos são realizados pela Central de Regulação quando o paciente desiste ou quando não foi possível o contato telefônico para que seja informado data, horário e local do atendimento, após várias tentativas realizadas pelas videofonistas. As vagas decorrentes dos cancelamentos, a partir de 17/07/19, passaram a ser devolvidas para as Unidades Solicitantes, para aproveitamento imediato, com a finalidade de diminuirmos o absenteísmo de pacientes;
- 12) o serviço de videofonia disponibilizado pela SMS-Luziânia realiza a tarefa de avisar aos pacientes sobre o agendamento dos procedimentos regulados e agendados pela Central, com o objetivo de reduzir o absenteísmo, porém, diversos fatores interferem nessa confirmação, desde a não atualização do telefone do usuário, até a proibição de utilizá-lo no horário de trabalho.

O Relatório do SISREG para o 1º quadrimestre de 2021 traz algumas sugestões para melhorar o desempenho do sistema, que são reproduzidas aqui a seguir:



- 1 Investimentos no setor de Informática, no sentido de proporcionar melhores condições de trabalho a todas as unidades, incluindo a Central de Regulação, no que diz respeito a acessibilidade à Internet, condição essencial para todas as atividades;
- 2 Aumento do número de servidores que atuam no SISREG em unidades executantes, como o CAIS, a Clínica de Especialidades, o Hospital Regional do Jardim Ingá e o CEO, com a finalidade de propiciar à população um atendimento mais humanizado e permitir que as equipes locais possam desenvolver adequadamente suas atividades, conferindo mais fidedignidade aos dados do sistema. Tal medida possibilitará, também, a ampliação do número de procedimentos inseridos no sistema, como, por exemplo, as cirurgias eletivas do Hospital Regional do Jardim Ingá.
- 3 Vistoria da rede elétrica das unidades de saúde, incluindo a Central de Regulação, com a finalidade de manter adequado funcionamento dos equipamentos elétricos, em geral e, especialmente, os de informática.
- 4 Estabelecimento de turno de trabalho noturno para as videofonistas de 18 às 22 horas, por exemplo com a finalidade de sanar aquelas dificuldades demonstradas pelos usuários quanto a indisponibilidade de uso do aparelho telefônico móvel durante as jornadas de trabalho;
- 5 Divulgar os procedimentos, exames e consultas disponibilizados pela SMS junto aos servidores e aos usuários, através de bannners, cartazes e panfletos ou via eletrônica. O conhecimento destas ações tornará o diálogo entre servidor e usuário mais produtivo.
- 6 Inserir as UBSs e USFs no SISREG, tornando-as, também, unidades executantes. Assim, teríamos todos os dados de produção da Atenção Básica (consultas médicas diversas, procedimentos odontológicos, consultas de enfermagem, curativos, exames citopatológicos cervico-vaginais, etc.) registrados no Sistema.
- 7 Implantação do Módulo Hospitalar do SISREG o que tornará possível o acesso a informações sobre o número de vagas de leitos hospitalares do município por parte do SAMU, das UPAs e dos gestores da SMS-Luziânia.

#### **SERVIÇOS CONTRATADOS**

A Secretaria Municipal de Saúde mantém contrato com os seguintes serviços especializados para atendimento ao usuário do SUS:

Clínica Oftalmológica de Sobradinho Ltda. Epp;

Clínica Renal De Luziânia Ltda.;

F A Laboratório de Análises Clínicas E Citologia Ltda. Me



Instituto de Hemoterapia de Luziânia Ltda.

#### **GESTÃO**

Está em discussão a proposta de reestruturação administrativa da estrutura da SMS, com vistas à sua adequação aos desafios de implantação do SUS.

#### **CONTROLE SOCIAL**

O município conta com a participação do Conselho Municipal de Saúde e planeja realizar a Conferência Municipal de Saúde, com ampla participação de usuários e trabalhadores da saúde, bem como dos gestores e prestadores, aguardando, para isso, as orientações do nível federal e estadual.

Análise e destaque para os principais problemas do sistema de saúde e da gestão a serem enfrentados.

Como pode se depreender das informações acerca do sistema de saúde do município, há várias deficiências que precisam ser superadas para a consolidação e qualificação do SUS local. A seguir, destacaremos os principais problemas a serem enfrentados pela gestão:

1. Em relação à atenção básica, chama a atenção que, apesar da ampliação do número de equipes, a cobertura continua aquém do necessário para garantir o acesso de toda a população à porta de entrada do sistema, com qualidade e resolutividade das ações. Em relação aos agentes comunitários de saúde — ACSs, só ocorreu uma seleção para essa categoria no município, em 2008, e, ao longo do tempo, foram ocorrendo perdas. Assim, o município conta hoje com apenas 88 ACSs, o que faz com que a maioria das equipes não atue com o número completo de ACSs. Também em relação às equipes de Saúde Bucal, há insuficiência de acesso da população a esses serviços.

A proposta é converter as 9 unidades básicas de saúde em Estratégia Saúde da Família e ampliar o número de equipes nas unidades cuja estrutura comporta a expansão, bem como ampliar o número de equipes de SB, conforme a estrutura comporte. Além disso, pretende-se realizar uma nova seleção para ACSs e para Agentes de Controle de Endemias — ACEs, que também conta com número insuficiente de profissionais.

Outro desafio é a qualificação das ações, o que deve ser feito por meio da implantação da educação permanente e da adoção de protocolos que orientem o desenvolvimento das ações. A primeira iniciativa nesse sentido já se encontra em curso, que é a substituição das recepções burocrática pelo Acolhimento, como estratégia de



mudança dos processos de trabalho, com vistas à humanização da atenção e à garantia da escuta qualificada e da oferta de respostas adequadas às necessidades dos usuários.

- 2. Outro problema a ser enfrentado é a **fragmentação das ações e serviços**. Não há integração entre as unidades da Atenção Básica e da Atenção Especializada, incluindo os serviços de saúde mental e de urgência e emergência, bem como com as ações de Vigilância Epidemiológica. Nesse sentido, objetiva-se garantir a construção de redes de atenção que possibilitem a continuidade da assistência e a integralidade das ações, tendo as unidades básicas como estruturadoras do sistema. Outro desafio é o desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica pelas equipes de atenção básica no território das equipes, em integração com o NVE.
- 3. Uma das deficiências do sistema de saúde é a dificuldade de acesso aos serviços de média e alta complexidade, o que resulta em filas de espera para consultas, cirurgias e exames complementares. A proposta da gestão municipal é desenvolver estratégias que reduzam as filas, seja por meio de investimentos de capacitação e de reorganização do processo de trabalho das equipes da atenção básica, com vistas à ampliação da resolutividade das ações, seja por meio de mutirões de cirurgias e procedimentos que possibilitem a aceleração da resolução de problemas crônicos. Além disso, é necessário participar e assegurar, por meio da regionalização, coordenado pela gestão estadual, o acesso aos serviços de média e alta complexidade não disponíveis no município.
- 4. Facilitar o acesso da população do município à coleta de exames e à dispensação de medicamentos, assegurando a qualidade dos procedimentos realizados, é uma das questões que a gestão municipal pretende enfrentar. Atualmente, em função da insuficiência de recursos, há uma centralização excessiva da coleta de exames e da dispensação de medicamentos, o que faz com que os cidadãos tenham que se deslocar a distâncias importantes para ter acesso a essas ações, fundamentais para a integralidade da atenção.
- 5. Inexistência de Política de Educação Permanente desenvolvida pela gestão municipal. Na estrutura da SMS não há estrutura destinada à implementação dessa Política fundamental para a valorização dos profissionais e a qualificação das ações. O que ocorre, em decorrência disso, é o desenvolvimento de atividades pontuais ao sabor das necessidades emergenciais. O objetivo da gestão é implantar o Núcleo de Educação Permanente, destinado a tornar estratégicas essas ações.
- 6. A não realização da assistência ao parto no município é um problema grave a ser superado pela gestão municipal. É muito complicado para as mulheres que realizam o pré-natal na cidade não contarem com um hospital de referência no município para que seus filhos possam nascer onde elas residem. O objetivo é garantir a realização dessa assistência no Hospital Regional do Jardim Ingá.
- 7. Outra atividade que é estratégica para a gestão e que se encontra desenvolvida de forma precária é o Monitoramento e Avaliação, ferramentas fundamentais para dotar a gestão de condições de acompanhar a situação de saúde do



município e as ações implementadas, com vistas à tomada de decisão no sentido de orientar as mudanças necessárias para o alcance dos objetivos desejados. Para isso, pretende-se estruturar uma Sala de Situação com os indicadores de estrutura, processo e resultado que possibilitem desde as equipes até à gestão o conhecimento da situação e a adoção das medidas necessárias para a solução dos problemas identificados.

8. Os desafios do Conselho Municipal de Saúde para se consolidar como órgão representativo da população de Luziânia e como órgão de controle das ações de saúde merecem por parte da gestão municipal um esforço para o seu fortalecimento e qualificação, por meio de apoio e capacitação. Uma estratégia importante nesse sentido é o estímulo à criação de espaços de participação social nos territórios das unidades básicas de saúde, por meio da realização de reuniões com as populações das áreas de abrangência e da instituição de mecanismos informais de escuta das demandas e das propostas da comunidade.

Além disso, a partir das orientações emanadas do Conselho Nacional de Saúde, levando em conta as limitações sanitárias impostas pela pandemia, é objetivo da SMS realizar ampla preparação para realização da Conferência Municipal de Saúde, órgão máximo de deliberação da política de saúde do município.

#### IV – Situação Orçamentária e Financeira

Em cumprimento à Lei Orgânica da Saúde, Lei Federal n°8.080/90, art. 33, § 1°, que cria o Fundo Nacional de Saúde, e a Lei Federal n° 8.142/90, art. 4°, que estabelece a criação dos Fundos de Saúde a todos os Municípios brasileiros como obrigatoriedade para receber os recursos do Governo Federal, o município de Luziânia criou, por meio da Lei n° 1.631, de 22 de julho de 1994, o Fundo Municipal de Saúde.

Segundo essa Lei que cria o Fundo Municipal de Saúde, a fim de receber e gerir os repasses federais, estadual e municipal, com responsabilidade e transparência em suas ações, vincula, no art.2°, o Fundo Municipal à Secretaria Municipal de Saúde e, por sua vez, em seu art. 3°, § 1°, atribui à figura do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde a função de gerir o respectivo Fundo. Portanto, o Gestor do Fundo Municipal de Saúde obrigatoriamente será o (a) Secretário (a) Municipal de Saúde.

Ainda de acordo com a respectiva Lei, no art. 3°, inciso III, fica vinculado o plano de aplicação dos recursos alocados no Fundo Municipal de Saúde às ações determinadas no Plano Municipal de Saúde, segundo aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

A receita do Fundo Municipal de Saúde baseia-se nos repasses estaduais, municipal e da União, repassados em vigência anual e mensal, orientados por portarias instituídas pelo Ministério da Saúde, com exceção do repasse municipal, que é orientado segundo a Constituição Federal. Os repasses estaduais e da União, vêm alocados em programas de saúde que orientam a previsão das receitas a serem recebidas de forma anual, bem como a previsão anual das despesas, sempre alocadas por grupos em



programas de saúde. Contudo, esses valores sofrem variação de acordo com as especificidades de cada programa de saúde, não sendo, portanto, possível a previsão exata dos valores a receber. Esses repasses são utilizados para pagamento das despesas em saúde como material médico-hospitalar, pagamento de pessoal, manutenção nos prédios físicos, entre outros. Esses repasses são de extrema importância uma vez que eles mantêm a rede pública de saúde em pleno funcionamento.

No ano de em 2020, o Fundo Municipal de Saúde recebeu repasses oriundos do Governo Estadual, do Governo Federal e de recursos próprios, enviados pelo Poder Executivo do Município. Os repasses do Governo Federal foram destinados aos programas do subgrupo saúde vigentes no município, instituídos e propostos por portarias segundo Ministério da Saúde, são eles: Vigilância Sanitária, Vigilância e Prevenção das DST/AIDS e Hepatites Virais, Combate às Endemias, Procedimentos de Média e Alta Complexidade, Nefrologia, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Agente Comunitário de Saúde, Atenção Básica em Saúde, Incentivo para Atenção Primária de Saúde, Incentivo para Ações Estratégicas, Programa para Informatização da Atenção Primária em Saúde, Desempenho das ações da Atenção Primária em Saúde. Contudo, devido à situação atípica ocasionada pela pandemia do Coronavírus, foi despendido crédito extraordinário do Governo Federal para Ações de Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional, bem como da Secretaria de Atenção Primária em Saúde (SAPS).

Os repasses do Governo Estadual foram destinados a subgrupos de programas em saúde, no qual o repasse financeiro ocorre do Governo Federal para o Governo do Estado de Goiás e, posteriormente, repassado ao município, são eles: Assistência Farmacêutica, Cofinanciamento de Serviços de Saúde, Complexo Regulador Regional da Assistência, Plano de Fortalecimento, Programa Saúde da Família, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência 192.

Em relação ao repasse do Município pelo Poder Executivo local, seu valor é estabelecido pela Constituição Federal, nos arts.:- 156, 158 e 159, o mesmo é utilizado nas despesas correntes das ações e serviços de saúde municipais.

Os recursos recebidos das três esferas de governo, bem como a porcentagem dos repasses de cada ente e as despesas municipais em saúde, compõem os indicadores financeiros municipais, que são acompanhados pelo Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, a partir dos quais é possível realizar a mensuração quantitativa dos repasses frente às demandas financeiras necessárias para manter a Rede de Saúde Municipal em pleno funcionamento, conforme é possível inferir por meio de série histórica na tabela abaixo:



Indicadores Municipais	2017	2018	2019	2020
1.1 % Receita Líquida Total	11,81	12,68	12,48	11,78
1.2 %Transf.Intergov. líquidas	68,36	72,11	65,91	70,76
1.3 %Transf. Para a Saúde (SUS)	15,21	14,06	17,09	19,08
1.4 %Transf. União p/ Saúde	84,06	92,9	86,84	83,16
1.5 %Transf. Da União p/ (SUS)	26,26	25,2	29,19	29,86
1.6 %R. Imp. Transf. Const. Legais	45,19	46	44,4	41,55
2.1 %D.Total/Hab	388,47	375,45	444,34	432,59
2.2 %D.Pessoal/D.Total	34,13	35,61	31,4	33,31
2.3 %D.com Medicamentos	13,3	6,1	7,66	2,75
2.4 %D.Serv.Terc/D.Total	10,76	12,59	14,72	13,91
2.5 %D.Invest/D.Total	11,79	8,76	8,75	2,37
2.30 INFORMAÇÕES COMPLEMENTAI	RES			
3.1 %Transf.SUS/D.Total	53,68	55,36	58,82	78,54
3.2 %R.Próprios em Saúde-EC 29	18,81	16,52	16,03	16,13
R.Impostos e Transf.Const	173848549,5	186411171,1	203284546,4	205147872,3
R.Transf.SUS	41628494,93	41493479,25	53588371,4	70767571,87
R.Transf.SUS/Hab	208,54	207,87	261,38	339,74
D.Pessoal	26463884,91	26689182,97	28604792,95	30015012,54
D.R.Próprios	32702013,3	30793484,26	32592468,17	33099246,39
D.R.Próprios em Saúde/Hab	163,83	154,26	158,97	158,9
D.Total Saúde	77543892,67	74945928,83	91099237,03	90108218.58

Fonte: SIOPS

Na análise dos indicadores municipais, de acordo com a tabela anterior, destacase, inicialmente, que o município cumpriu, no período, o percentual mínimo de gastos com recursos próprios na saúde, determinado pela EC nº 29, de 15%. Verifica-se que houve uma pequena redução no período, passando de 18,81%, em 2017, para 16,13%, em 2020, ano da pandemia.

Em relação aos repasses oriundos de transferências de outros níveis de governo, a que representa maior participação são os provenientes da União, porém, com leve redução no período, variando de 84,06%, em 2017, para 83,16%, no primeiro ano da pandemia. Em seguida, encontram-se os repasses estaduais e municipais, porém, não é possível identificar qual dos dois apresenta maior proporção, sendo provável que corresponda aos recursos municipais. Ressalta-se que o quantitativo dos repasses é estipulado segundo legislação e vinculado à arrecadação econômica nas três esferas de governo, o que também explica a flutuação dos mesmos na série histórica.

Chama a atenção, também, o aumento do percentual da despesa total com saúde (incluindo as transferências federais e estaduais) por habitante, no município, passando de 388,47, em 2017, para 432,59, em 2020; entretanto, o maior gasto ocorreu



em 2019 (444,34) e não no primeiro ano da pandemia, com pequena redução nesse último.

Em relação à composição das despesas, observa-se variação pequena no percentual dos gastos com pessoal, variando de 34,13%, em 2017, para 33,31%, em 2021.Em relação às despesas com medicamentos, chama a atenção uma redução importante, passando de 13,3%, em 2017, para 2,37%, em 2020. Uma questão a ser melhor analisada. Por último, constata-se uma pequena elevação na proporção dos gastos com serviços de terceiros, de 10,76%, em 2017, para 13,91, em 2020. O percentual das despesas com investimentos também sofreu importante redução no período, passando de 11,79%, em 2017, para 2,37, em 2021, tendo mantido percentuais em torno de 8%, nos anos de 2018 e 2019.

Por último, é importante registrar que, no ano de 2020, provavelmente por conta do enfrentamento da pandemia, houve um incremento importante no percentual de despesas com saúde no município, financiadas com recursos transferidos por outras esferas de governo, que passou de 58,82%, em 2019, para 78,54%, em 2020.

# V – Propostas aprovadas na Conferência Municipal de Saúde dirigidas à gestão municipal

A 6ª Conferência Municipal de Saúde de Luziânia foi realizada no dia 12 de abril de 2019 e contou com a participação de 16 delegados, sendo 8 do segmento dos usuários, 4 dos trabalhadores da saúde e 4 de gestores e prestadores.

A Conferência aprovou 44 propostas, distribuídas nos três eixos de discussão: 20 dirigidas para a gestão federal; 19 para a gestão municipal; 4 para a gestão estadual e 1 para o Conselho Municipal de Saúde.

Destacaremos apenas as propostas dirigidas para a gestão municipal. No Eixo I – Financiamento adequado e suficiente para o SUS, todas as propostas aprovadas foram endereçadas à gestão federal. No Eixo II – Direito à Saúde foram aprovadas as seguintes propostas dirigidas à gestão municipal:

- A SMS em parceria com o Conselho Municipal de Saúde CMS deverá qualificar, intensificar e disseminar as ações e serviços de saúde, incluindo a referência e contra-referência para a população municipal.
- 2. O CMS deve apresentar à Prefeitura as condições precárias da gestão dos resíduos sólidos e a sua repercussão para a saúde ambiental.
- 3. Apresentar à Secretaria Municipal de Transporte uma solicitação de estudo sobre as **condições precárias de mobilidade urbana**, incluindo o transporte público, considerando seu impacto na saúde da população.
- 4. A SMS deverá disponibilizar um profissional de apoio à educação permanente para o CMS.
- 5. Implementar diretrizes no currículo escolar no sentido de preparar o cidadão em conhecer os seus direitos e deveres dentro do SUS, desenvolvendo hábitos e atitudes de prevenção.



- 6. Desenvolver políticas públicas nos órgãos de saúde, para **preparar os servidores em direcionar as informações corretamente ao público**.
- 7. Utilizar espaços das unidades de saúde, como murais, salas de espera, momentos de reuniões com a população para informar sobre a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)** Lei nº 12305/2010, com o propósito de mostrar para a comunidade a importância de mudanças nas práticas relacionadas ao destino do lixo, demonstrando que o cuidado com o meio ambiente é fator determinante e condicionante de saúde.
- 8. Propor a criação de um Comitê Municipal Intersetorial, voltado para o estudo, discussão e desenvolvimento de ações que tenham como escopo a questão: Lixo e Sustentabiidade, a partir de reuniões técnicas promovidas pelo CMS, onde poderão ser discutidas propostas para implantação da coleta de lixo seletiva nos órgãos públicos municipais, bem como buscar cooperativas e associações de catadores de lixo, na tentativa de organizar a coleta de materiais recicláveis, na perspectiva de minimizar os impactos produzidos ao meio ambiente e à saúde da população (Decreto federal 5940/2006).
- 9. Buscar apoio de instituições de ensino para o desenvolvimento de **projetos de extensão**, com temas relacionados aos **fatores determinantes e condicionantes de saúde**, com o envolvimento de técnicos, professores, alunos e a comunidade.
- 10. Propor o **plantio de árvores frutíferas e a criação de jardins nas unidades de saúde** do município, por meio de parcerias intersetoriais.
- 11. **Implementação da Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental** já inserida no organograma da SMS para atuar na área de fatores de riscos provenientes de contaminantes ambientais presentes na água para consumo humano, ar, solo, de desastres naturais e ambientais e acidentes com produtos perigosos, buscando a prevenção e o controle de doenças e agravos.
- 12. Solicitar concurso para fiscais de Vigilância Sanitária, com profissionais de nível superior na área da saúde, e alocação de um procurador público como suporte para Vigilância em Saúde, de forma a garantir a retaguarda jurídica com aplicações de normas, bem como o acompanhamento das ações junto ao judiciário.
  - Eixo III Consolidação dos Princípios do SUS Propostas aprovadas dirigidas para a gestão municipal:
- Organizar reuniões abertas para a comunidade nas próprias unidades de saúde para dar possibilidades às suas ações, abrindo para reuniões técnicas com a população e os gestores, dando maior transparência.
- 2. **Incluir a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS)** no respectivo Plano Municipal de Saúde, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais.
- Implantar a PNEPS-SUS 'partindo de reuniões realizadas no CMS para promover o diálogo entre
  conselheiros, população, gestores e técnicos, com o propósito de fortalecer o controle social, a
  gestão participativa, o cuidado, intersetorialidade e diálogos multiculturais.
- 4. Elaborar de forma padronizada mapa dos serviços de saúde, incluindo a participação dos setores envolvidos e providenciar a rápida implantação nas unidades de saúde, CMS, SMS, utilizando-o como ferramenta para fortalecer e garantir melhor acesso aos serviços de saúde disponibilizados pelo município.
- 5. **Implantação e implementação do Núcleo de Educação Permanente (NEP)** nas unidades e no nível central da SMS, buscando parceria com a Secretaria de Educação.
- 6. Implantar em todos os serviços de saúde de forma sistematizada, ações que provoquem mudanças nas práticas dos profissionais de saúde nos atendimentos aos usuários, mostrando a importância de ser proativo e de trabalhar em equipe, tendo como objetivo prioritário a prestação de serviços resolutivos e com qualidade no atendimento.



## VI - Prioridades – Propostas do Programa de Governo

- 1. Construção do Centro Especializado de Atenção à Mulher e Maternidade
- 2. Implantação do 3º turno
- 3. Criação do Programa Fila Zero
- 4. Criação do Programa de Erradicação da Dependência Química
- 5. Criação da Central de Ambulâncias
- 6. Reestruturação do Hospital do Distrito do Jardim Ingá
- 7. Implantação do Programa de Educação Permanente para os profissionais de saúde e para os agentes comunitários de saúde e de endemias
- 8. Viabilização das Unidades de Saúde
- 9. Fortalecimento das ações e serviços de saúde

#### VII - Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores

As Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores estabelecidas para o quadriênio 2022-2025 constam a partir da próxima página.



## EIXO- ATENÇÃO EM SAÚDE

## DIRETRIZ 1: AMPLIAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS, COM GARANTIA DA INTEGRALIDADE

## Objetivo 1.1: AMPLIAR ACESSO AOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025	
Ampliar a cobertura de Agentes Comunitários de Saúde para 80%	Proporção de ACS em relação à população	80%	Proporção	60%	70%	80%	80%	
Ampliar a cobertura de Equipes de Saúde da Família	Proporção de equipes em relação à população (3.450 hab / equipe)	80%	Proporção	60%	70%	80%	80%	
Ampliar a cobertura de Equipes de Saúde Bucal	Proporção de equipes de saúde bucal em relação à população	60%	Proporção	50%	55%	60%	60%	
Ampliar para 3 o número de Núcleo Ampliado de Saúde da Família - NASF	Número de NASF	3	Número	1	2	3	3	



Construir 2 unidades de saúde da família	Número de construção de unidades	2	Número	0	1	1	0
Ampliar o acesso dos usuários que procuram espontaneamente as unidades básicas, que atualmente são atendidos nas Unidades de Pronto Atendimento	Implantação do atendimento da demanda espontânea em 100% das unidades de APS	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%

## Objetivo 1.2: AMPLIAR A QUALIDADE, RESOLUTIVIDADE E HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA IVIETA		(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025	
Implantar 8 Protocolos de Assistência (Saúde da Mulher, Hipertenso, Diabético, Criança, da Pessoa Idosa, Planejamento Familiar, DST, Acolhimento)	Número de Protocolos implantados	8	Número	4	6	7	8	
Ampliar para 80% a proporção de gestantes com pelo menos 6 consultas de pré-natal, sendo a	Proporção de gestantes com pelo menos 6 consultas	80%	Proporção	50%	60%	70%	80%	



primeira até a vigésima semana (Atual 8%)	de pré-natal, sendo a primeira até a vigésima semana						
Ampliar para 100% a proporção de gestantes com realização de exames para Sífilis (LZA 6%, GO 28%)	Proporção de gestantes com realização de exames para Sífilis	100%	Proporção	50%	70%	80%	100%
Ampliar para 60% a proporção de gestantes que passaram por atendimento odontológico (atual 14%, GO 15%)	Proporção de gestantes que passaram por atendimento odontológico	60%	Proporção	30%	40%	50%	60%
Ampliar para 50% a cobertura de exames citopatológicos (Atual 3%, GO 9%)	Proporção de exames citopatológicos	50%	Proporção	20%	30%	40%	50%
Garantir a Cobertura vacinal de Poliomielite inativada e de Pentavalente em 97% (Atual 97%; GO 58%)	Proporção vacinal de Poliomielite inativada e de Pentavalente	97%	Proporção	97%	97%	97%	97%
Ampliar para 80% o percentual de pessoas hipertensas com pressão	Proporção de pessoas hipertensas com pressão arterial	80%	Proporção	50%	60%	70%	80%



arterial aferida em cada semestre (Atual 1%; GO 4%)	aferida em cada semestre						
Ampliar para 80% o percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada	Proporção de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada	80%	Proporção	50%	60%	70%	80%

## Objetivo 1.3: Qualificar as ações voltadas à programas e populações específicas

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/ Indicador	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA META		(2022-2025)		2022	2023	2024	2025	
Acompanhar 100% da população	Proporção de	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%	
privada de liberdade	pessoas privadas de							
	liberdade							
	acompanhadas							
Acompanhar 100% da população em	Proporção de	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%	
cumprimento de medidas	pessoas em							
socioeducativas	cumprimento de							
	medidas							
	socioeducativas							
	acompanhadas							



Acompanhar 100% da população de instituições de longa permanência para idosos e outras populações abrigadas	Proporção da população de instituições de longa permanência para idosos e outras	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%
	populações						
	abrigadas						
	acompanhadas						
Implantar 2 equipes de Consultório	Implantação de	2	Número	1	0	1	0
de Rua	equipe de						
	Consultório de Rua						
Garantir 100% do cumprimento das	Percentual de	100%	Proporção	60%	70%	80%	100%
metas pactuadas no programa Saúde	cumprimento das						
na Escola	metas pactuadas no						
	Programa Saúde na						
	Escola						



## Objetivo 1.4: Fortalecer as Ações de Média Complexidade

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025	
Implantar o serviço de mamografia	Número de equipamentos implantados	1	Número	1	1	1	1	
Implantar o serviço de tomografia	Número de equipamentos implantados	1	Número	1	1	1	1	
Ampliar o acesso aos exames de ultrassonografia	Número de equipamentos implantados	3	Unidade	2	2	3	3	
Implementar o serviço de pronto atendimento em ortopedia no Hospital Regional do Jardim Ingá	Implementação do Serviço	1	Unidade	1	1	1	1	
Implementar os serviços do Centro Especializado em Reabilitação Tipo IV	Percentual de contratação dos profissionais	100%	Proporção	50%	70%	100%	100%	



Construir Centro Especializado de Atenção ao Diabético na Clínica de Especialidades	Construção de Centro Especializado de Atenção ao Diabético	1	Unidade	1	0	0	0
Implantar o Centro Especializado de Atenção ao Diabético na Clínica de Especialidades	Implementação dos serviços do Centro Especializado de Atenção ao Diabético – percentual de contratação dos profissionais	100%	Proporção	0%	100%	100%	100%
Atingir 85% de cirurgias eletivas, consultas, exames e procedimentos regulados no sistema municipal	Percentual de cirurgias, consultas, exames e procedimentos regulados realizados	100	Proporção	50%	60%	70%	85%
Implantar Centro de Especialidades Odontológicas na região do Distrito do Jardim Ingá	Implantação do CEO	1	Número	0	1	0	0



Implantar Centro de Especialidades	Implantação do CEO	1	Número	0	0	1	0	
na região do Distrito do Jardim Ingá								
Objetivo 1.5: Fortalecer as ações de sa	uúde mental no municí	pio						
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	MET	A PREVISTA D	O INDICA	DOR	
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025	
Executar 3 oficinas a cada ano para	Número de oficinas	12 (1 para cada	Número	3	3	3	3	
implantar o matriciamento do CAPS II	realizadas	região por ano)						
e CAPS AD III com a Atenção Primária								
em Saúde								
Objetivo 1.6: Fortalecer as ações de u	rgência e emergência	,						
		META-PLANO	UNIDADE DE	MET	META PREVISTA DO INDICADOR			
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025	
Implantar acolhimento, classificação	Proporção de	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%	
de risco (Protocolo de Manchester) e	Implantação de							
protocolos assistenciais nos serviços	protocolos de							
de Urgência e Emergência	acolhimento,							
	classificação de risco							
	e assistenciais nos							



Implantar a Central de Ambulâncias e transporte sanitário	serviços de Urgência e Emergência Implantação da Central	1	Número	1	0	0	0			
Objetivo 1.7: Implantar a assistência ao parto no município  META-PLANO UNIDADE DE  META PREVISTA DO INDICADOR										
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025			
Viabilizar a estrutura física para implantação do serviço	Estrutura física implantada	1	Número	0	1	0	0			
Implementar o serviço de assistência ao parto - Adquirir equipamentos e contratar profissionais	Implementação do serviço	1	Número	0	0	1	0			
Objetivo 1.8: Ampliar o acesso à assist	Objetivo 1.8: Ampliar o acesso à assistência domiciliar no município									
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	MET	A PREVISTA D	O INDICA	DOR			
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025			



Ampliar o número de Equipes	Número de Equipes	2	Número	0	2	0	0
Multidisciplinar de Atenção em							
Domicílio							

## Objetivo 1.9: Fortalecer a Assistência Farmacêutica e promover o acesso a medicamentos

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	MET	A PREVISTA I	DO INDICA	DOR
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Ampliar para 15 o número de unidades básicas de saúde com	Número de unidades básicas com	15	Número	10	15	15	15
dispensação de medicamentos do componente básico	Farmácias para dispensação de						
	medicamentos						
Assegurar o fornecimento de 100%	Proporção de	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%
medicamentos de responsabilidade do município	medicamentos da REMUME fornecidos						
Utilizar em todas as etapas do Ciclo de Assistência Farmacêutica o	Proporção de medicamentos	100%	Proporção	60%	80%	100%	100%
Sistema de Gestão da Assistência Farmacêutica adotado pelo Ministério	constantes na REMUME						
	escriturados no						



da Saúde para a gestão de todos os medicamentos da REMUME	sistema de gestão do MS						
Implantar o Cuidado Farmacêutico	Proporção de	100%	Proporção	50%	60%	70%	100%
em 100% das unidades com farmácias						, 5,3	
comunitárias e hospitalares do	que realizam o						
município	Cuidado						
	Farmacêutico						

## Objetivo 1.10: Ampliar o acesso aos exames laboratoriais

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/ Indicador	META PREVISTA DO INDICADOR					
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)		2022	2023	2024	2025		
Ampliar para 6 as unidades que	Número de Unidades	6	Unidade	6	0	0	0		
realizam a coleta de exames	que realizam a coleta								
laboratoriais	de exames								
	laboratoriais								



## Objetivo 1.11: Implantar Redes de Atenção à Saúde

DECORIÇÃO DA META	INIDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META PREVISTA DO INDICADOR					
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025		
Executar 3 oficinas a cada ano para fortalecer a Atenção Primária em Saúde como coordenadora do cuidado	Número de oficinas realizadas	12 (1 para cada região por ano)	Número	3	3	3	3		
Executar 3 oficinas a cada ano para organização das linhas de cuidado	Número de oficinas realizadas	12 (1 para cada região por ano)	Número	3	3	3	3		
Executar 3 oficinas para implantação dos protocolos de referência e contrarreferências entre os serviços de saúde	Número de oficinas realizadas	3	Número	3	0	0	0		
Garantir acesso às referências regionais por meio da pactuação com o estado de Goiás e municípios da região por meio da participação em 100% das	Proporção de Participação nas reuniões da CIR	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		



## EIXO- GESTÃO DO SUS

## DIRETRIZ 2: FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO DO SUS

## Objetivo 2.1: Gerir e otimizar a força de trabalho para o SUS

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025	
Implementar a reforma administrativa da SMS com vistas ao fortalecimento do SUS	Implementação da reforma	1	Número	1	0	0	0	
Realizar concurso público para provimento dos cargos efetivos	Realização do concurso público	1	Número	1	0	0	0	

## Objetivo 2.2: Fortalecer as ações de monitoramento e avaliação

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	META-PLANO UNIDADE DE MEDIDA/		META PREVISTA DO INDICADOR					
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025			
Implantar sala de situação na SMS para acompanhamento dos indicadores e orientação nas tomadas de decisões	Implantação da sala de situação	1	Número	1	0	0	0			



Realizar 2 oficinas por unidade por ano para promover a realização de ações de monitoramento e avaliação pelas equipes e serviços de saúde	Realização de oficinas por ano por unidade	2 oficinas por ano por unidade de saúde	Número de oficinas por unidade	2 oficinas por unidade	2 oficinas por unidade	2 oficinas por unidade	2 oficinas por unidade
Objetivo 2.3: Informatizar a rede de atenção à s	aúde						
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOD	META-PLANO	UNIDADE DE	МЕТА	PREVISTA	DO INDICAL	OOR
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Informatizar 100% das unidades de atenção à saúde	Proporção de unidades informatizadas	100%	Proporção	50%	70%	90%	<mark>-100%</mark>
Implantar prontuário eletrônico em 100% das unidades de atenção à saúde	Proporção de unidades com prontuário eletrônico	100%	Proporção	50%	70%	90%	100%
Objetivo 2.4: Garantir a transparência das ações							
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META	PREVISTA	DO INDICAL	OOR
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Manter atualizada 100% da página de acesso à informação	Proporção da página de acesso atualizada	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%



Implantar equipe com o objetivo de desenvolver políticas de comunicação - promoção da saúde, prevenção de doenças e divulgação das ações e serviços desenvolvidos pelo município	Número de equipes de comunicação implantadas	1	Número	1	0	0	0
Objetivo 2.5: Garantir financiamento adequado	ao fortalecimento do SUS						
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META	PREVISTA	DO INDICAL	OOR
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Ampliar para 20% o percentual de aplicação de recursos próprios na saúde	Proporção da receita corrente líquida aplicada em saúde	20%	Proporção	18%	19%	20%	20%
Habilitar e qualificar as 2 Unidades de Pronto Atendimento	Número de UPA habilitadas e qualificadas	2	Número	2	0	0	0
Habilitar e qualificar o CAPS II e CAPS AD III	Número de CAPS habilitados e qualificadaos	2	Número	2	0	0	0
Aumentar 10% ao ano do teto da média e alta complexidade (MAC) em relação ao teto do ano anterior.	Proporção de aumento do teto da média e alta complexidade (MAC) em	40%	Proporção	10%	10%	10%	10%



relação ao teto do ano			
anterior			

**EIXO: Controle Social e Participação Popular** 

DIRETRIZ 3: Incentivo e qualificação da participação e controle social do SUS

## Objetivo 3.1: Qualificar os conselheiros municipais de saúde e fortalecer a integração entre comunidade e serviços de saúde

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/ Indicador	META PREVISTA DO INDICADOR					
DESCRIÇÃO DA IVIETA		(2022-2025)		2022	2023	2024	2025		
Realizar ações de educação permanente para a qualificação de conselheiros de saúde no que tange a participação popular no SUS	Proporção de conselheiros qualificados	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		
Garantir formação de 15 educadores de participação e controle social em parceria com a SES Goiás	Número de Educadores de participação e controle social formados	15	Número	10	15	0	0		



Incentivar reuniões periódicas das equipes de atenção primária com a população da respectiva área de abrangência – 2 reuniões ao ano por equipe	Número de Reuniões da equipe com a respectiva comunidade por ano	2 reuniões por ano por equipe	Número	2 reuniões por ano por equipe	2 reuniões por ano por equipe	2 reuniões por ano por equipe	2 reuniões por ano por equipe
	Objetivo 3.2: Fort	alecer a ouvidori	ia do SUS				
DECCRISÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META	PREVISTA	DO INDICAL	OOR
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Garantir 100% das respostas às manifestações	Proporção de	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%
dos usuários junto à ouvidoria	manifestações respondidas						
	Objetivo 3.3: Realizar o	onferência muni	cipal de saúde				
		META-PLANO	UNIDADE DE	META	PREVISTA	DO INDICAL	OOR
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Realizar a conferência municipal de saúde do	Número de conferências	1	Número	1	0	0	0
quadriênio de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Saúde	municipais de saúde realizadas						



	Objetivo 3.4: Implant	tar o conselho po	pular de saúde				
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META	DO INDICAL	IDICADOR	
		(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025
Criar o conselho popular de saúde garantido o quadrilátero da participação	Proporção de UBS com conselho implantado	100%	Proporção	30%	60%	80%	100%
Realizar curso de formação de 100% dos conselheiros, por meio dos princípios de educação popular em saúde.	Proporção de conselheiros formados	100%	Proporção	25%	50%	75%	100%
Realizar curso educação popular em saúde para 75% dos ACS e ACE	Proporção de ACS E ACE formados	75%	Proporção	25%	50%	75%	
Objeti	vo 3.5: Implantar a Polític	a Municipal de ed	ducação popular em	saúde			
		META-PLANO	UNIDADE DE	META	A PREVISTA	DO INDICAL	OOR
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Criar a Lei municipal da educação popular em saúde	№ de lei aprovada	01	Número	0	0	1	0



EIXO: ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA D	E COVID-19						
DIRETRIZ 4: Garantia de ações de enfrenta	amento da pandemia d	e COVID-19					
Objetivo 4.1: Realizar testagem dos casos suspe	itos						
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META	OOR		
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025
Realizar testagem de 100% dos casos suspeitos	Proporção de testagem	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%
	dos casos suspeitos						
Objetivo 4.2: Monitorar e rastrear casos e conta	atos para controle da trans	missão					
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META	PREVISTA	DO INDICAL	OOR
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025
Realizar monitoramento e rastreamento de	Proporção de casos	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%
100% dos casos suspeitos e confirmados de	suspeitos e confirmados						
Covid-19 e contatos	e contatos monitorados						



Objetivo 4.3: Garantir assistência aos casos de o	ovid-19								
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META PREVISTA DO INDICADOR					
DESCRIÇÃO DA META	INDICADON	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025		
Garantir 100% de acompanhamento dos casos de síndrome gripal pelas equipes de atenção primária	Proporção de Acompanhamento dos casos de síndrome gripal pela APS	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		
Garantir assistência a 100% dos casos graves de SRAG em integração com os serviços de referência estaduais  Objetivo 4.4: Implementar as ações do program	Proporção de assistência dos casos de SRAG a nacional de imunização	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		
	INDICADOD	META-PLANO	UNIDADE DE	META	A PREVISTA	DO INDICA	DOR		
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025		
Garantir aplicação de 100% das doses encaminhadas ao município pelo PNI	Proporção de aplicação de doses	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		



DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO (2022-2025)	UNIDADE DE MEDIDA/ Indicador	META PREVISTA DO INDICADOR					
Description Dr. Well	nio con con			2022	2023	2024	2025		
Realizar 4 campanhas por ano de divulgação	Número de Realização	16	Número	4	4	4	4		
as medidas de prevenção à covid – vacinação,	de campanhas por ano								
so de máscara, higiene das mãos e	de divulgação das								
listanciamento social	medidas de prevenção à								
	covid								
Garantir que 100% dos ACS e ACE promovam	Proporção de visitas com	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		
ções de divulgação das medidas de prevenção	ações educativas								
a Covid-19 nas visitas domiciliares									
Objetivo 4.6: Garantir as medidas de proteção	aos profissionais de saúde	que atuam na lin	ha de frente no con	nbate à pande	emia				
				META PREVISTA DO INDICADO					
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	MET	A PREVISTA	DO INDICA	DOR		
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO (2022-2025)	UNIDADE DE MEDIDA/ Indicador	<b>MET</b> 2022	2023	DO INDICA	2025		
DESCRIÇÃO DA META  Fornecer EPIs a 100% dos profissionais de	INDICADOR  Proporção de		MEDIDA/						



EIXO: EDUCAÇÃO PERMANENTE											
DIRETRIZ 5: Qualificação dos profissionais e trabalhadores da saúde tendo como referencial os princípios da educação permanente											
Objetivo 5.1: Implantar a política municipal de educação permanente											
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA/	META	PREVISTA D	O INDICADO	OR					
DESCRIÇÃO DA WILTA	INDICADOR	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025				
Criar a Lei municipal da educação permanente	Nº de lei aprovada	01	Número	01	_	-	<mark>-</mark>				
Objetivo 5.2: Implantar o Núcleo Municipal de I	Educação Permanente										
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META	PREVISTA D	O INDICADO	OR				
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025				
Implantar o Núcleo de educação permanente na SMS	Nº de NEP implantado	01	Número	01	-	-	-				



Objetivo 5.3: Promover ações de educação permanente mediante as necessidades e demandas de capacitação dos profissionais de saúde da rede municipal com foco no processo de trabalho e organização dos serviços.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO (2022-2025)	UNIDADE DE MEDIDA/ Indicador	META PREVISTA DO INDICADOR				
				2022	2023	2024	2025	
Realizar de inquérito das necessidades e demandas de capacitação dos profissionais de saúde da rede municipal	Proporção de profissionais e trabalhadores que responderam a pesquisa	100%	Proporção	100%	-	-	-	
Realizar ações de educação permanente para atualização/ aperfeiçoamento objetivando a construção coletiva de processo de trabalho anualmente	Proporção de profissionais de trabalhadores que participaram das oficinas e cursos	80%	Proporção	80%	80%	80%	80%	

Objetivo 5.4: Qualificar as ações de vigilância em saúde por meio da educação permanente mediante as necessidades e demandas de capacitação dos profissionais de saúde da rede municipal

	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025	



Realizar qualificação, anualmente, por meio de	Proporção de	80%	Proporção	80	80	80	80
ações de educação permanente para	profissionais e						
atualização/ aperfeiçoamento objetivando a	trabalhadores						
melhoria das ações de vigilância em saúde	capacitados nas ações de						
	vigilância em saúde						

## DIRETRIZ 6- Promoção da Integração Ensino-Serviço-Comunidade nas práticas de atenção á saúde e educação permanente

## Objetivo 6.1- Regulamentar as práticas de estágios na rede de atenção á saúde em consonância com o plano de educação permanente municipal

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO (2022-2025)	UNIDADE DE MEDIDA/	META PREVISTA DO INDICADOR					
DESCRIÇÃO DA IVIETA			Indicador	2022	2023	2024	2025		
em parceria com as instituições de ensino	Proporção de instituições de ensino participantes do programa	100%	Proporção	20%	50%	80%	100%		
Criar o banco de cadastro de estudantes	Proporção de estudantes cadastrado por instituição	100%	Proporção	50%	70%	90%	100%		



# Objetivo 6.2 - Contribuir para o fortalecimento de práticas educativas participativas com vista à integração entre comunidade, serviços de saúde e instituições de ensino da saúde

DESCRIÇÃO DA META INDICADOR	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META PREVISTA DO INDICADOR					
	(2022-2025)	Indicador	2022	2023	2024	2025			
Realizar fórum anual com instituições de ensino para construção de ações de educação permanente na rede	Proporção de instituições participantes	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		

# Objetivo 6.3 – Promover a divulgação das ações de educação permanente e produção cientifica (baseada na pesquisa operacional aplicada à necessidade do município)

DESCRIÇÃO DA META	META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR	(2022-2025)	(2022-2025) Indicador		2023	2024	2025
Realizar Mostra de saberes, práticas e experiências em saúde	Número de mostras realizadas	02	Número	-	01	-	01
Participar de eventos científicos em nível estadual e nacional	Número de trabalhos apresentados	04	Número	01	01	01	01



## **EIXO- VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

DIRETRIZ 7- Fortalecimento das ações de vigilância em saúde com vistas a redução dos riscos e agravos à saúde da população, tendo como foco a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida.

Objetivo 7.1: Padronizar fluxos, rotinas e processos por meio da instituição de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs)

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META PREVISTA DO INDICADOR					
DESCRIÇÃO DA MIETA	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025		
Elaborar 90% POPs de vigilância e controle das doenças e agravos de notificação compulsória	Proporção de POPs elaborados	90%	Proporção	25%	40%	60%	90%		
Implantar 100% POPs- Vigilância nas unidades de saúde do município	% de Unidades de saúde com POPs	100%	Proporção	40%	60%	100%	100%		
Ampliar para 3 ações dos núcleos de vigilância hospitalar e das UPA de forma permanente	Nº de ações do NUVEPH ampliados	3	Número	3	0	0	0		
Criar 3 Unidade sentinelas de agravos na rede hospitalar e UPA	Nº de unidade com o sistema sentinela implantadas	3	Número	3	0	0	0		



Reestruturar o comitê de mortalidade	Nº de comitê reestruturado	1	Número	1	0	0	0
materno infantil de forma permanente							

## **Objetivo 7.2:** Fortalecer as ações de monitoramento e avaliação dos indicadores de saúde e das atividades das equipes por meio da institucionalização da ferramenta de matriciamento

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO	UNIDADE DE	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025	
Criar o Grupo de Trabalho ampliado e integrado ( vigilância e APS) de matriciamento das ações de vigilância em saúde de base territorial	Nº de GT ampliado e integrado ( vigilância e APS) de matriciamento das ações de vigilância em saúde de base territorial criados	01	Número.	01	0	0	0	
Estruturar 100% das salas de situação na coordenação da APS, coordenação do NVE e nas UBS como espaços de orientação para o planejamento das ações	Proporção de Sala de situação implantada	100%	Proporção	30%	60%	90%	100%	
Elaborar 12 boletins epidemiológicos das doenças de maior prevalência e impacto social	Nº de boletins publicado	12	Número	3	3	3	3	



Criar o canal de comunicação- DisqueVIS	Nº de canais criados	1	Número	1	1	1	1
(tirar dúvidas, denunciar e notificar							
situações que requer intervenção da							
vigilância em saúde)							

# **Objetivo 7.3:** Contribuir com o enfrentamento da morbimortalidade desde o acolhimento aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, a prevenção, notificação e manejo dos agravos na perspectiva da articulação intersetorial

DESCRIÇÃO DA META INDICADOR	INDICADOR	IVIETA-PLANO	UNIDADE DE						
	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025			
Investigar 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF)	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	100%	Proporção	40%	60%	80%	100%		
Investigar e melhorar a qualificação da investigação de 100% dos óbitos materno por meio de ações de monitoramento e avaliação ao longo do plano	Proporção de óbitos materno investigados	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		
Aumentar para 90% ou mais a proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	> ou = 90%	Proporção	> ou = 60%	> ou = 70%	> ou = 80%	> ou = 90%		



Reduzir a zero a incidência de sífilis congênita	Nº de casos novos de sífilis congênita em < 1a	Zero	Unidade	20	10	5	zero
Reduzir a mortalidade infantil para valores inferior a 10/1000 com manutenção durante o período do plano	Coef. Mortalidade Infantil	<10/1.000 NV	Coeficiente /1.000	<10/1.000 NV	<10/1.000 NV	<10/1.000 NV	<10/1.000 NV
Aumentar para 95% as coberturas de vacinas selecionadas, que estão voltadas para o controle de doenças de significativa importância, mantendo as coberturas pelo período do plano	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.		Proporção	95%	95%	95%	95%



## Objetivo 7.4: Implantar o sistema de vigilância e controle de doenças emergente e reemergente de relevância para a saúde pública

DESCRIÇÃO DA META INDICADOR	1112124222	META-PLANO	UNIDADE DE	META PREVISTA DO INDICADOR				
	(2022-2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025		
Reduzir a taxa de Letalidade por COVID-19 para < ou =2%, conforme a média do Estado de Goiás e Brasil.	Coef. letalidade	< ou =2%	Proporção	2%	1,5%	1,0%	,1,0%	
Intensificar a vigilância da vacinação contra COVID-19 para atingir 95% das pessoas vacinadas por grupo prioritário	Proporção de pessoas vacinadas por grupo prioritário	95	Proporção	70%	75%	85%	95%	
Produzir 16 atividades educativas e materiais informativos por meio de mídias digitais para apoiar os profissionais no enfrentamento da COVID-19	Número de atividades e materiais desenvolvidos	16	Número	4	4	4	4	



**Objetivo 7.5:** Contribuir com a integralidade do cuidado nas ações de acompanhamento dos casos de tuberculose, hanseníase e outras doenças crônicas transmissíveis, de forma a oportunizar a vigilância de casos e seus contatos, diagnóstico e tratamento precoces e notificação.

DECODIOÑO DA META		META-PLANO	UNIDADE DE MEDIDA/ Indicador	META PREVISTA DO INDICADOR				
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022-2025)		2022	2023	2024	2025	
Realizar qualificação de 80% dos profissionais e trabalhadores de saúde, anualmente, por meio de ações de educação permanente para atualização/aperfeiçoamento objetivando a melhoria das ações de vigilância em saúde	Proporção de profissionais e trabalhadores capacitados nas ações de vigilância em saúde	80%	Proporção	80%	80%	80%	80%	
Descentralizar 100% ações de vigilância de contatos, diagnóstico e tratamento da hanseníase e tuberculose para UBS	Proporção de UBS com ações descentralizadas	100%	Proporção	30%	50%	70%	100%	

## **Objetivo 7.6:** Garantir ações de vigilância e controle das zoonoses.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META-PLANO (2022-2025)	META-PLANO	META-PLANO	UNIDADE DE	M	ETA PREVISTA	DO INDICADO	)R
DESCRIÇÃO DA IVIETA	INDICADOR		MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025		
Realizar 100% das ações de vigilância e controle das zoonoses, em especial, da	Proporção de ações realizada	100%	Proporção	100%	100%	100%	100%		



raiva, leptospirose, febre amarela, leishmaniose e acidentes de animais peçonhentos								
Objetivo 7.7: Implementar ações de vigilâ	ncia em saúde do trabalhador.							
DESCRIPTION DA META	MIDICADOD	META-PLANO	UNIDADE DE	M	META PREVISTA DO INDICADOR			
DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	(2022 <del>-</del> 2025)	MEDIDA/ Indicador	2022	2023	2024	2025	
Implementar notificação de agravos	% de unidades que realizam	100%	Proporção	30%	50%	80%	100%	
relacionados à saúde do trabalhador em	notificação de agravos à saúde							